RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

CEIVAP
COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL
SP | RJ | MG

2015

AGEVAP
AGÊNCIA DE BACIA

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

Resende/RJ

Novembro/2015

Publicação

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Rua Elza da Silva Duarte, 48, loja 1A, Manejo, Resende/RJ
CEP: 27.520-005
Telefax: (24) 3355-8389
Site: www.agevap.org.br
E-mail: agevap@agevap.org.br

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

Conselho de Administração

Presidente

Jaime Teixeira Azulay – (a partir de 22/10/15)

Juarez de Magalhães – (de 03/10/15 até 21/10/15)

Friedrich Wilhelm Herms – (até 02/10/15)

Conselheiros

Juarez de Magalhães – Conselheiro

Alexandre Vinicius Vieira da Rosa – Conselheiro

Evandro Rodrigues de Britto – Conselheiro (a partir de 03/10/15)

Lucio Henrique Bandeira – Conselheiro (a partir de 03/10/15)

Dirceu Miguel Brandão Falce – Conselheiro (até 02/10/15)

Paulo Teodoro de Carvalho – Conselheiro (até 02/10/15)

Conselho Fiscal

Presidente

Sinval Ferreira da Silva (a partir de novembro/15)

Sandro Rosa Corrêa (a até outubro/15)

Conselheiros

Sandro Rosa Corrêa

Maurício Fernandes de Oliveira

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: André Luis de Paula Marques

Diretora de Relações Institucionais Interina: Aline Raquel de Alvarenga

Diretor Administrativo Financeiro: Marcelo Bertonha (a partir de 03/11/15)

Diretor Administrativo Financeiro: Diego Elias Moreira Nascimento Gomes (até 03/11/15)

Diretor de Planejamento Estratégico: Flávio Antonio Simões (até 31/03/2015)

Diretora de Planejamento Estratégico: Julianne Elisabeth Nass Lumazini (a partir de 01/09/15)

Diretor de Recursos Hídricos: Helvécio Zago Galvão César (até 02/03/2015)

Diretor de Recursos Hídricos: Marcelo Bertonha (de 01/09 a 03/11/15)

Diretora de Recursos Hídricos: Juliana Gonçalves Fernandes (a partir de 03/11/15)

Diretoria de Recursos Hídricos

Tatiana Oliveira Ferraz, Nathália dos Santos Costa Vilela, Gabriel de Paiva Agostinho, Edi Meri Aguiar Fortes, Raíssa Bahia Guedes, Daiana Souza Gelelete, Ana de Castro e Costa, Priscilla Roque de Souza Siqueira, Marina Mendonça Costa de Assis, Elaine Cristina do Nascimento Rimis, Ronald Souza Miranda, Luciara Oliveira Guilherme da Silva, Monique

Saliba Oliveira, Daiane da Silva, Isabella de Faria Lopes Ferreira, Rafael Pereira Ragazzo e Vânia Franco do Nascimento.

Diretoria Administrativo-Financeira

Rejane Monteiro da Silva Pedra, Giovana Cândido Chagas, Isabel Cristina Gomes Moreira,Thaís Souto do Nascimento, Camila Borges Pinto, Horácio Rezende Alves, Paula da Rocha Eloy, Diego Chagas dos Santos, Leonardo Nunes de Souza, Leonardo Pires Monteiro da Silva, Gisele Sampaio da Cunha Correia, Márcia Simone Braz Nakashima, Davi dos Santos Araújo, Renata Lopes da Conceição, Lucas Correia Rodrigues, Murilo Alexandre Emerenciano de Almeida, Cinthia de Paula Batista e Lucas Rodrigues de Oliveira Vasconcellos.

Diretoria de Relações Institucionais

Júlio César da Silva Ferreira, Luís Felipe Martins Tavares Cunha, Daiane dos Santos, Raíssa Caroline Galdino da Silva, Gabriela Souza Andrade, Ayla Yume Matsumura Fernandes e Ana Carolina Maia Duarte.

Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Presidente

André Corrêa

(Representante da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro/RJ)

Vice-Presidente

Rutnei Morato Erica

(Representante da ONG Sociedade Amigos da Pedra da Mina/SP)

Secretária

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas

(Representante da Energisa Soluções S.A/MG)

Agência Nacional de Águas – ANA

Diretor Presidente

Vicente Andreu Guillo

Diretor de Gestão

Paulo Lopes Varella Neto

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Humberto Cardoso Gonçalves

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, criado pelo Decreto Federal nº 1842 de 22 de março de 1996, elaborou o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PRH), aprovado em 2002 para o período de 2002 a 2006, e atualizado, para o período de 2007 a 2010.

Tendo como base o Plano de Recursos Hídricos da bacia, em 06 de dezembro de 2012, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP instituiu o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – PAP, através da Deliberação CEIVAP nº 199/2012.

O Plano de Aplicação Plurianual da bacia é o instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água, compreendendo os investimentos comprometidos e o saldo remanescente até setembro de 2012, além dos priorizados com os recursos a serem arrecadados no período de 2013 a 2016.

O PAP tem por objetivo o planejamento de médio prazo para alocação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos que propicie investimentos em ações estruturais e estruturantes com vistas à otimização da aplicação dos recursos, no aperfeiçoamento da gestão e melhoria da qualidade e disponibilidade da água na bacia.

Para fins de avaliar a eficiência e a eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.

O presente relatório tem o objetivo de avaliar a eficiência e a eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual no decorrer do ano de 2015.

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 15

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL 19

3. CEIVAP – COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL 20

4. AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL 25

5. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 27

6. APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PAP – ANO 2015 32

7. ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PAP 82

7.1 Comparação entre os valores arrecadados e desembolsados 82

7.2 Análise dos valores desembolsados em 2015 85

7.3 Análise do desembolsado em 2015 por Estado 85

7.4 Comparação entre os valores desembolsados e os valores previstos no PAP 87

8. CONCLUSÕES 89

9. REFERÊNCIAS 91

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. 19
Figura 2. Sistema Nacional de Recursos Hídricos 21
Figura 3. Divisão geográfica dos comitês de bacia afluentes na bacia do rio Paraíba do Sul 24
Figura 4. Estrutura temática do Plano de Recursos Hídricos. 29
Figura 5. Fluxo simplificado contratação PMGIRS, através agente técnico financeiro CAIXA. 52

Lista de Tabelas

Tabela 1. Resumo dos Contratos de Projetos de Estudo de Concepção de Sistemas de Esgotamento Sanitário 41
Tabela 2. Resumo dos Contratos de Projetos de Estudo de Concepção e Elaboração de Projetos Executivo de Sistema de Esgotamento Sanitário..... 42
Tabela 3. Resumo dos Contratos de Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico 44
Tabela 4. Resumo dos Contratos de Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário 48
Tabela 5. Resumo dos Contratos de Planos Municipais de gestão Integrada de Resíduos Sólidos 52
Tabela 6. Quadro resumo do andamento dos projetos dos Programas 2.2 Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente e 3.2.5 Incentivo à sustentabilidade no uso da terra 65
Tabela 7. Compilação Componente Gerenciamento de Recursos Hídricos 81
Tabela 8. Compilação Componente Recuperação da Qualidade Ambiental 82
Tabela 9. Compilação Componente Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos..... 82
Tabela 10. Compilação Componente Atendimento às Demandas CEIVAP 82
Tabela 11. Histórico dos recursos financeiros no período de 2003 a 2015 83
Tabela 12. Desembolsos realizados em 2015 por componente do PAP 85
Tabela 13. Desembolsos realizados em 2015, por estado e por componente 86
Tabela 14. Relação entre os desembolso realizado e o previsto no PAP por componente, no ano de 2015..... 88
Tabela 15. Relação entre os desembolso realizado e o previsto no PAP por componente, no período de 2013 a 2015..... 88

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Status das ações inseridas no Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos..... 37
Gráfico 2. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos..... 37
Gráfico 3. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos..... 38
Gráfico 4. Status das ações inseridas no Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental..... 60
Gráfico 5. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental..... 60
Gráfico 6. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental..... 61
Gráfico 7. Status das ações inseridas no Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos. 67
Gráfico 8. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos 67
Gráfico 9. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos 68
Gráfico 10. Status das ações inseridas no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP..... 78
Gráfico 11. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP. 79
Gráfico 12. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP. 80
Gráfico 13. Comparativo entre valor previsto, valor comprometido e valor desembolsado no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP..... 80
Gráfico 14. Histórico de desembolso no período de 2003 a 2015..... 84
Gráfico 15. Distribuição do desembolso por estado no ano de 2015. 87
Gráfico 16. Relação entre os desembolso realizado e o previsto no PAP por componente, no período de 2013 a 2015. 89

Lista de Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
ANA	Agência Nacional de Águas
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COMPÉ	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé
FHIDRO	Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais
GTAI	Grupo de Trabalho de Articulação Institucional
GTAOH	Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na bacia do Rio Paraíba do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAP	Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
UD'S	Unidades Descentralizadas

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A disponibilidade de água para o consumo humano é um dos maiores problemas ambientais do mundo. Face à iminente situação de escassez de água na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul ocasionada por um dos maiores períodos de estiagens já registrados, como também pela poluição dos recursos hídricos, emerge a necessidade de uma nova forma de gestão, pautada no planejamento e manejo desses recursos de forma integrada, participativa e descentralizada. É o modelo de gestão preconizado na Política Nacional de Recursos Hídricos constante na Lei nº 9.433/97, que apesar de inovador e adequado às necessidades atuais, carece em alguns pontos de aplicabilidade.

Introdução

De acordo com *caput* do art. 1º da Lei Federal nº 9.433/97, a gestão dos recursos hídricos deve ocorrer de forma descentralizada, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, ou seja, a gestão deve ocorrer de forma integrada e participativa.

Nesse particular, podemos dizer que a gestão dos recursos hídricos deve ser capaz de equacionar o problema de demanda de água e a sua oferta através de procedimentos integrados de administração e planejamento considerando dentro dessa gestão a preservação dos recursos naturais.

No Brasil temos a Política Nacional de Recursos Hídricos e cada Estado da Federação possui sua política estadual que acompanha o disposto na lei federal visto não poder contrariá-la por expressa determinação legal. A Política Nacional tem, nesse caso, status de norma geral que, no entendimento do autor Rogério Greco,

“Normas gerais não são apenas linhas gerais, princípios ou critérios básicos a serem observados pela legislação suplementar dos Estados. Normas gerais contrapõem-se a normas particulares. A União, nessas matérias, pode legislar com maior ou menor amplitude, conforme queira impor a todo o País uma legislação mais ou menos uniforme. O que a União não pode é legislar sobre assuntos particulares da esfera de interesses ou de peculiaridades dos Estados. Normas gerais são normas uniformes, isonômicas, aplicáveis a todos os cidadãos e a todos os Estados” (GRECO, 2003).

Assim, as legislações estaduais no caso de norma ambientais deverão observar o que dispõe a legislação federal e adequar a legislação estadual às necessidades locais desde que não conflite com a norma geral. É certo que, nesse particular, a norma local poderá sempre restringir direitos, mas, nunca ampliá-los em conflito com o que dispôs o legislador federal.

A Lei Federal nº 9.433/97 criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGRH) composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional de Águas, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água. Para orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos devem ser elaborados os Planos de Recursos Hídricos que são planos diretores cujo objetivo é fundamentar e orientar o gerenciamento dos recursos hídricos.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica promovem a materialização da gestão integrada e participativa, visto que é de sua competência, no âmbito de sua área de atuação, dentre outras atribuições, promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes. Eles têm como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica, a sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário ou grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. A instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União é efetivada por ato do Presidente da República.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação, dos usuários das águas de sua área de atuação, das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

A participação das organizações civis de recursos hídricos é constituída pelos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, Organizações Não Governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade bem como outras organizações reconhecidas pelo Conselho

Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Importante ressaltar que, para integrar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, as organizações civis de recursos hídricos devem ser legalmente constituídas.

A gestão de recursos hídricos determina como objetivos de suas ações prioritárias a preservação da qualidade e da quantidade de água em suas bacias hidrográficas, buscando aumentar a quantidade de água disponível em pontos críticos das bacias hidrográficas através da proteção aos mananciais, do combate ao desmatamento das matas ciliares e ao assoreamento das margens dos reservatórios de água provocada principalmente pelas ocupações irregulares.

As realizações do Brasil são significativas na área de gestão dos recursos hídricos e isso o tem colocado como inovador nessa matéria. Em termos de Política Nacional de Recursos Hídricos, o Brasil tem um dos regimes jurídicos mais avançados do mundo. O moderno sistema jurídico de água envolve a implementação de normas internas de gestão e conservação considerando a água como bem ambiental limitado, dotado de valor econômico, assegurando que sua gestão deva sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, e estabelecendo a bacia hidrográfica como unidade territorial e a descentralização na execução da gestão dos recursos hídricos.

No entanto, embora, em termos legais, tenhamos avançado muito, na prática, a situação é bem diferente. Há enorme dificuldade em conceber a Política de Recursos Hídricos seja porque alguns dispositivos carecem de efetividade, talvez porque a participação tão difundida e almejada ainda está em fase de amadurecimento.

No tocante à participação da sociedade civil ou das comunidades locais interessadas esta ainda ocorre de forma tímida, no entanto, já são várias as comunidades que participam de algum modo da gestão dos recursos hídricos local. As associações de defesa do meio ambiente também desempenham uma função importante na defesa dos recursos naturais, visto que, apesar de terem seus associados tratam de interesses difusos, que dizem respeito a toda a coletividade. Isso porque, conforme defende Paulo Affonso Leme Machado,

“Os indivíduos por mais competentes que sejam não conseguem ser ouvidos facilmente pelos governos e pelas empresas. Os partidos políticos não podem ser considerados os únicos canais das reivindicações ambientais. As ONGs não tem por

fim o enfraquecimento da democracia representativa. As ONGs não são nem devem ser concorrentes dos Poderes Executivo e Legislativo, mas intervêm de forma complementar, contribuindo para instaurar e manter o Estado Ecológico de Direito."

A participação dos cidadãos e das associações não merece ser entendida como uma desconfiança contra os integrantes da administração Pública sejam eles, funcionários públicos ou pessoas exercendo cargos em caráter transitório ou em comissão. Essa participação também não é substitutiva da atuação do Poder Público. A proteção dos interesses difusos deve levar a uma nova forma participativa de atuação dos órgãos públicos" (MACHADO, 2005, p. 90).

Embora a Lei Federal nº 9.433/97 seja considerada um dos mais inovadores instrumentos no tocante à gestão das águas, esta lei apresenta alguns dispositivos que entravam e carecem de aplicabilidade, a exemplo da falta de participação efetiva e informação dos atores sociais e a falta de integração entre os responsáveis pela gestão, pois, se por um lado, há a participação esta deve vir acompanhada também de informação clara e adequada, pois, de nada adianta uma participação em massa se não souber qual o real objetivo. No que se refere à integração, ficou claro que não há ainda um entrosamento entre Poder Público e sociedade.

A participação das organizações não governamentais tornou-se legítima a partir da própria estrutura de governo, através do reconhecimento pelos organismos internacionais na tomada de decisões quando estes enxergaram a sua importância para somar forças na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Contudo, a atuação das associações ambientais ainda não possui uma abrangência satisfatória e mesmo a comunidade em geral ainda tem uma participação ínfima nos órgãos colegiados, não tendo, consequentemente, a menor influência dentro do processo decisório. Atualmente, essas associações têm mais uma atuação fiscalizatória do que alguma interferência na tomada de decisão. Com efeito, se não há participação efetiva não se pode dizer que há gestão integrada a não ser na disposição de lei. Nesse particular, a letra da lei continua morta.

Ainda há um longo caminho a se percorrer no que se refere ao ajuste dos dispositivos legais a situação concreta, adequando-o da melhor maneira em prol do meio ambiente. Há ainda muito a se fazer para garantir a legitimação efetiva da participação social dentro do processo decisório de gestão dos recursos hídricos.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

A Bacia do Rio Paraíba do Sul possui área de drenagem com mais de 60.000 km², compreendida entre os paralelos 20°26' e 23°00' e os meridianos 41°00'e 46°30' oeste de Greenwich. O mapa da bacia pode ser visto na Figura 1.

Figura 1. Mapa da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.
Fonte: Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, 2007

A bacia estende-se pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É limitada ao norte pelas bacias dos rios Grande e Doce e pelas serras da Mantiqueira, Caparaó e Santo Eduardo. Ao nordeste, a bacia do rio Itabapoana estabelece o limite da bacia. Ao sul, o limite é formado pela Serra dos Órgãos e pelos trechos paulista e fluminense da Serra do Mar. A oeste, pela bacia do rio Tietê, da qual é separada por meio de diversas ramificações dos maciços da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira.

O rio Paraíba do Sul é formado pela união dos rios Paraibuna e Paraitinga e o seu comprimento, calculado a partir da nascente do Paraitinga, é de mais de 1.100 km. Entre os principais formadores da margem esquerda destacam-se os rios Paraibuna mineiro, Pomba e Muriaé. Na margem direita, os afluentes mais representativos são os rios Piraí, Piabanha e Dois Rios.

A bacia do Paraíba do Sul drena uma das regiões mais desenvolvidas do país, abrangendo parte do estado de São Paulo, na região conhecida como Vale do Paraíba Paulista, parte do estado de Minas Gerais, denominada Zona da Mata Mineira e metade do estado do Rio de Janeiro. Em toda essa extensão, há 184 municípios, sendo 39 localizados em São Paulo, 57 no Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais, com territórios total ou parcialmente inseridos nos limites da bacia. Esses municípios são apresentados no ANEXO I deste Termo de Referência.

A população total da bacia, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é de 8.502.181 habitantes, sendo que, desses, 2.857.916 vivem no estado do Rio de Janeiro, 1.627.828 em Minas Gerais e 4.016.437 em São Paulo.

3. CEIVAP – COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAIBA DO SUL

O CEIVAP foi criado pelo Decreto Federal nº 1842, de 22/03/96, em 01/10/08 sua nomenclatura e área de atuação foram alteradas pelo Decreto Federal nº 6.591.

O CEIVAP possui Sede e Foro na cidade de Resende (RJ) e jurisdição no âmbito da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua área abrange 184 municípios.

MISSÃO

> "Promover a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, articulando as políticas públicas e setoriais correlatas, integrando o planejamento e as ações das instâncias do sistema de gerenciamento da bacia."

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos, instituído pelas Leis Federais nº. 9.433/97 e 9.984/00, introduziu novos atores no cenário institucional brasileiro, no contexto da gestão dos recursos hídricos: os Comitês de Bacia - fóruns democráticos para os debates e decisões sobre as questões relacionadas ao uso das águas da bacia -, as Agências de Bacia – braço executivo do Comitê ou mais de um Comitê, que recebe e aplica os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia -, e, na jurisdição pública federal, a Agência Nacional de Águas,

autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, que assume as funções de órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União, anteriormente exercida pela Secretaria de Recursos Hídricos do MMA (Figura 2).

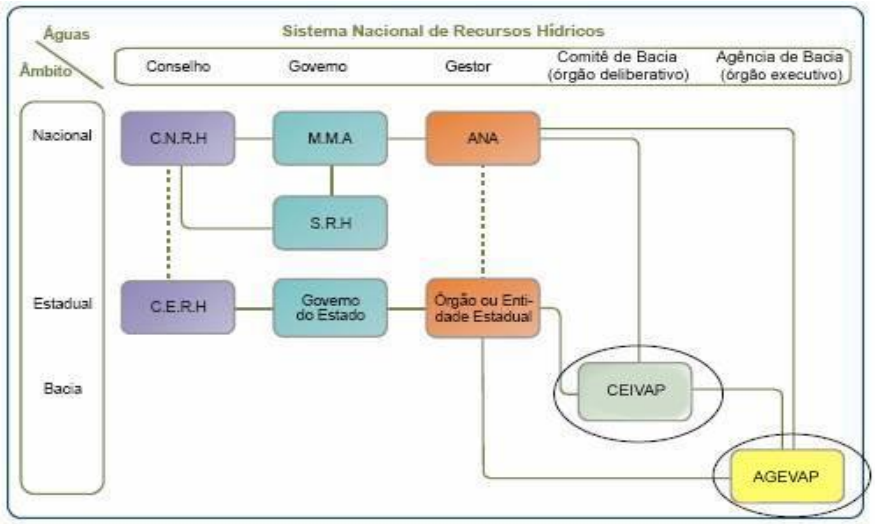

Figura 2. Sistema Nacional de Recursos Hídricos

A partir da alteração realizada pelo Decreto Federal nº 6.591, de 01 de outubro de 2008, o CEIVAP passou a ser denominado Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, tendo 4 municípios incluídos na bacia, somando, assim, 184 cidades nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Comitê é formado por 60 membros, sendo três da União e 19 de cada estado (SP, RJ e MG) da bacia do Paraíba do Sul, com a seguinte composição:

- 40% de representantes dos usuários de água (companhias de abastecimento e saneamento, indústrias, hidrelétricas e os setores agrícola, de pesca, turismo lazer) e;
- 35% do poder público (União, governos estaduais e prefeituras) e
- 25% de organizações civis.

Seus membros são eleitos em fóruns democráticos, nas diversas regiões que compõem a bacia.

São atribuições do CEIVAP:

- Definir as metas de qualidade (enquadramento) para as águas dos

rios da bacia;

- Propor diretrizes para a outorga de direito de uso da água – permissão legal obrigatória para o uso – captação, consumo ou diluição - das águas da bacia concedida pelo poder público;

- Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul e acompanhar sua execução;

- Acompanhar e direcionar as ações da AGEVAP, que é a figura jurídica e o braço executivo do CEIVAP;

- Aprovar e acompanhar a execução da cobrança pelo uso da água, cujos critérios e valores a serem cobrados foram aprovados pelo plenário do CEIVAP, consubstanciados na Deliberação CEIVAP nº 08/2001;

- Decidir onde aplicar os recursos arrecadados.

A Secretaria Executiva do CEIVAP, hoje exercida pela Agência da Bacia – AGEVAP – garante os meios para seu funcionamento e coloca em prática suas decisões.

O Comitê possui uma Câmara Técnica Consultiva. Devido à diversidade e complexidade dos temas a serem tratados no âmbito do CEIVAP, optou-se pela criação de **Grupos de Trabalho**, para atuar em conjunto com a Câmara Técnica, e, de forma complementar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos do Comitê.

Alguns desses grupos foram criados para debater assuntos pontuais e, como tal, atuaram temporariamente, sendo extintos quando concluído o debate que motivou sua criação.

Atualmente há, instalados e em atividade, dois Grupos de Trabalho, criados em caráter permanente:

I - GTAOH - Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da Bacia do Rio Guandu, criado pela Deliberação CEIVAP nº 53/2005, com os seguintes objetivos:

a) Antecipar e analisar situação de conflitos envolvendo a

operação hidráulica dos reservatórios e os usos múltiplos da água e propor soluções alternativas.

b) Analisar e propor soluções alternativas para os critérios de operação hidráulica dos reservatórios do rio Paraíba do Sul e da transposição de água para o rio Guandu, visando o atendimento dos requisitos quantitativos.

c) Atuar no sentido de propor formas de garantir o atendimento dos requisitos dos usos múltiplos da água.

d) Divulgar informações correntes sobre aspectos quantitativos dos recursos hídricos nas bacias.

II - GTAI - Grupo de Trabalho Articulação Institucional, criado pela Deliberação CEIVAP nº 76/2006, com as seguintes atribuições:

a) Definir o mapa de gestão da bacia, os limites geográficos das unidades de planejamento e gestão em cada estado diante do recorte existente;

b) Rever os regimentos do CEIVAP e dos comitês de sub-bacias quanto à representação, processo eleitoral, canais de comunicação, indicadores de eficiência e efetividade, de modo a incluir a participação de representantes institucionais das várias sub-bacias no CEIVAP;

c) Promover a integração através da comunicação, acompanhar o desempenho de cada organismo e prever mecanismos de integração;

d) Propor mecanismos de integração dos organismos da Bacia, como um fórum (anual ou bianual).

O CEIVAP integra atualmente sete comitês de bacias afluentes que atuam na área de abrangência da Bacia do Rio Paraíba do Sul como mostrado na Figura 3:

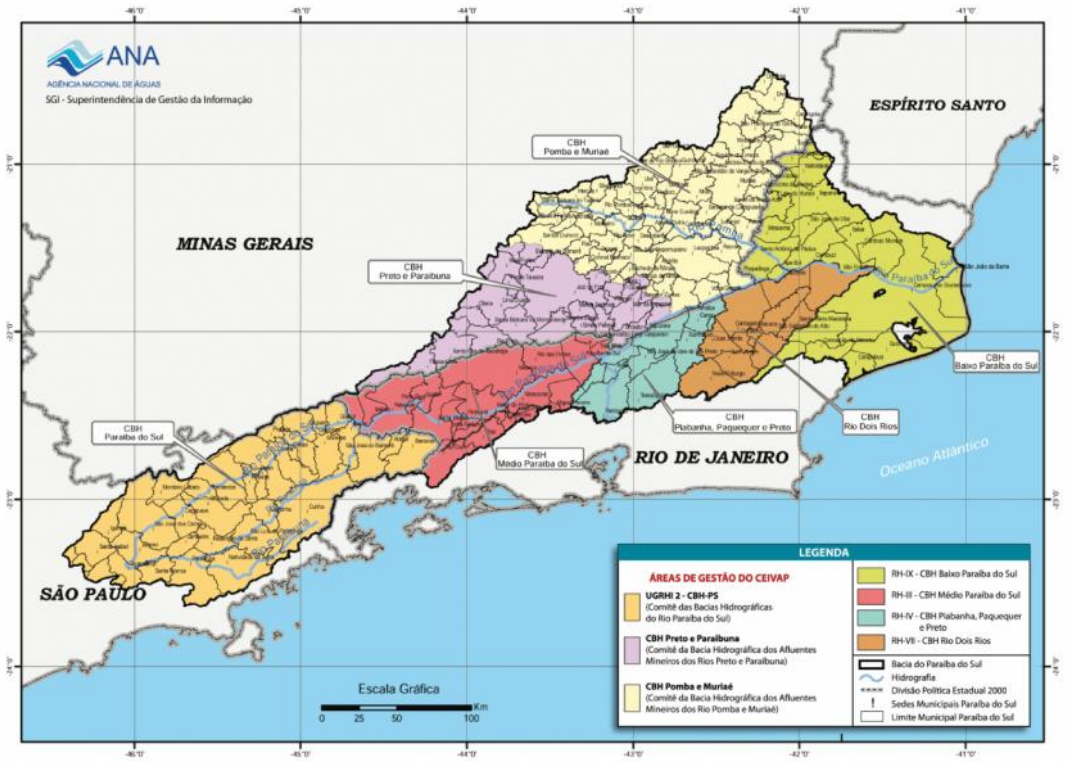

Figura 3. Divisão geográfica dos comitês de bacia afluentes na bacia do rio Paraíba do Sul

Estado de São Paulo

Comitê do Paraíba do Sul – Trecho Paulista

Estado de Minas Gerais

Comitê Preto e Paraibuna

Comitê Pomba e Muriaé

Estado do Rio de Janeiro

Comitê do Médio Paraíba do Sul

Comitê Piabanha

Comitê Rio Dois Rios

Comitê do Baixo Paraíba do Sul

Destaque especial para o ano de 2012, no qual o CEIVAP visando planejar ações e agilizar a efetiva aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso

da água, aprovou o seu Plano de Aplicação Plurianual – PAP.

4. AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Criada em 20 de junho de 2002, a AGEVAP foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva do CEIVAP, desenvolvendo funções definidas no Artigo 44 da Lei Federal n° 9.433/1997, que trata das competências das chamadas Agências de Água, ou Agências de Bacia, como são mais conhecidas.

A partir da edição da Medida Provisória nº 165/2004, posteriormente convertida na Lei Federal nº 10.881/2004, a AGEVAP pôde, por meio do estabelecimento de Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA, assumir as funções de uma Agência de Bacia, que são, essencialmente, receber os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia e investi-los segundo o plano de investimentos aprovado pelo Comitê da Bacia.

Em função do disposto na Resolução n° 59, de 02 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, a AGEVAP teve o prazo da delegação de competência para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul prorrogado para 30 de junho de 2016.

Atualmente, a AGEVAP mantém cinco Contratos de Gestão e dois Convênios com os órgãos gestores estaduais e isto facilita de sobremaneira a gestão integrada dos recursos hídricos e principalmente a implantação de um sistema de informações.

a) Contratos de Gestão

O primeiro Contrato de Gestão foi assinado em 2004, com a ANA para atendimento ao CEIVAP; o segundo, em 2010, com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA para exercer a função de Agência de Bacia de quatro comitês afluentes ao rio Paraíba do Sul (CBH Médio Paraíba do Sul, CBH Piabanha, CBH Rio Dois Rios e CBH Baixo Paraíba do Sul). Ainda em 2010, foi assinado o terceiro contrato também com o INEA para atuação da AGEVAP junto ao Comitê Guandu. Em 2014, foram assinados mais dois Contratos de Gestão, com o IGAM, para atuação da AGEVAP junto aos comitês afluentes do rio Paraíba do Sul, pertencentes ao estado de Minas Gerais

(COMPÉ e CBH Preto e Paraibuna).

b) Convênios

Em 2014, foram celebrados 2 (dois) Convênios com o estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, com recurso do Fundo de Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO e com interveniência do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM para viabilizar a estruturação física e operacional do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna.

A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujos associados compõem sua Assembleia Geral. Ela é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral e a Diretoria Executiva é formada por três Diretores, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e uma Diretora de Relações Institucionais.

São funções da AGEVAP:

I - dar apoio técnico e operacional à gestão dos recursos hídricos na sua área de atuação, promovendo o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações, programas e projetos de acordo com os planos de recursos hídricos;

II - apoiar técnica, administrativa e operacionalmente os órgãos e entidades, públicas ou privadas, relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos na sua área de atuação, visando gestão integrada, descentralizada e participativa;

III - incentivar o uso racional e múltiplo dos recursos hídricos;

VI - elaborar estudos, pesquisas e identificar tecnologias que visem contribuir para melhoria das condições de saneamento, redução da poluição, conservação e recuperação do solo e da flora, controle da

erosão, racionalização do uso da água e demais ações que propiciem melhores condições de qualidade e quantidade dos recursos hídricos, em prol da melhoria da qualidade de vida da população em sua área de atuação;

V - desenvolver programas de educação ambiental e promover, produzir e divulgar informações e conhecimentos, técnicos e científicos, relacionados à conservação e à recuperação dos recursos hídricos; e

VI - apoiar tecnicamente o poder público, usuários e sociedade civil da sua área de atuação na preparação e implementação de ações previstas nos planos de recursos hídricos, inclusive na prevenção de calamidades públicas ocasionadas por eventos hidrológicos críticos (enchentes e secas), de origem natural, decorrentes do uso inadequado dos recursos hídricos ou agravados pelo uso inadequado do solo.

A sede da AGEVAP está localizada em Resende/RJ e a Associação possui, atualmente, mais 06 (seis) Unidades Descentralizadas – UD's localizadas nos municípios de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Seropédica todos no estado do Rio de Janeiro.

5. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

Aprovado pela Deliberação do CEIVAP Nº199/2012, o Plano de Aplicação Plurianual - PAP da bacia do rio Paraíba do Sul é o instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água, compreendendo os investimentos comprometidos e o saldo remanescente até setembro de 2012 e aqueles priorizados com os recursos com expectativa de serem arrecadados no período de 2013 a 2016.

Das premissas

O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- As ações a serem executadas devem estar em conformidade com os programas de investimentos previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul 2007-2010, com os Cadernos de Ações de cada uma das sete unidades de planejamento e gestão bacia e com os

indicadores dos Contratos de Gestão firmados entre a AGEVAP e a Agência Nacional de Águas – ANA e entre a AGEVAP e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, os recursos devem apoiar preferencialmente, a elaboração de estudos, planos e projetos, bem como intervenções para proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de comunicação, educação ambiental, mobilização e capacitação técnica com foco em recursos hídricos.

- Prioridade de investimentos em ações referentes ao Programa 2.1 – Redução de Cargas Poluidoras do Plano de Bacia.

Concebido para reverter a tendência de agravamento das condições ambientais e de redução quali-quantitativa da disponibilidade hídrica no período 2007-2020, o Plano de Recursos Hídricos apresenta a seguinte estrutura temática:

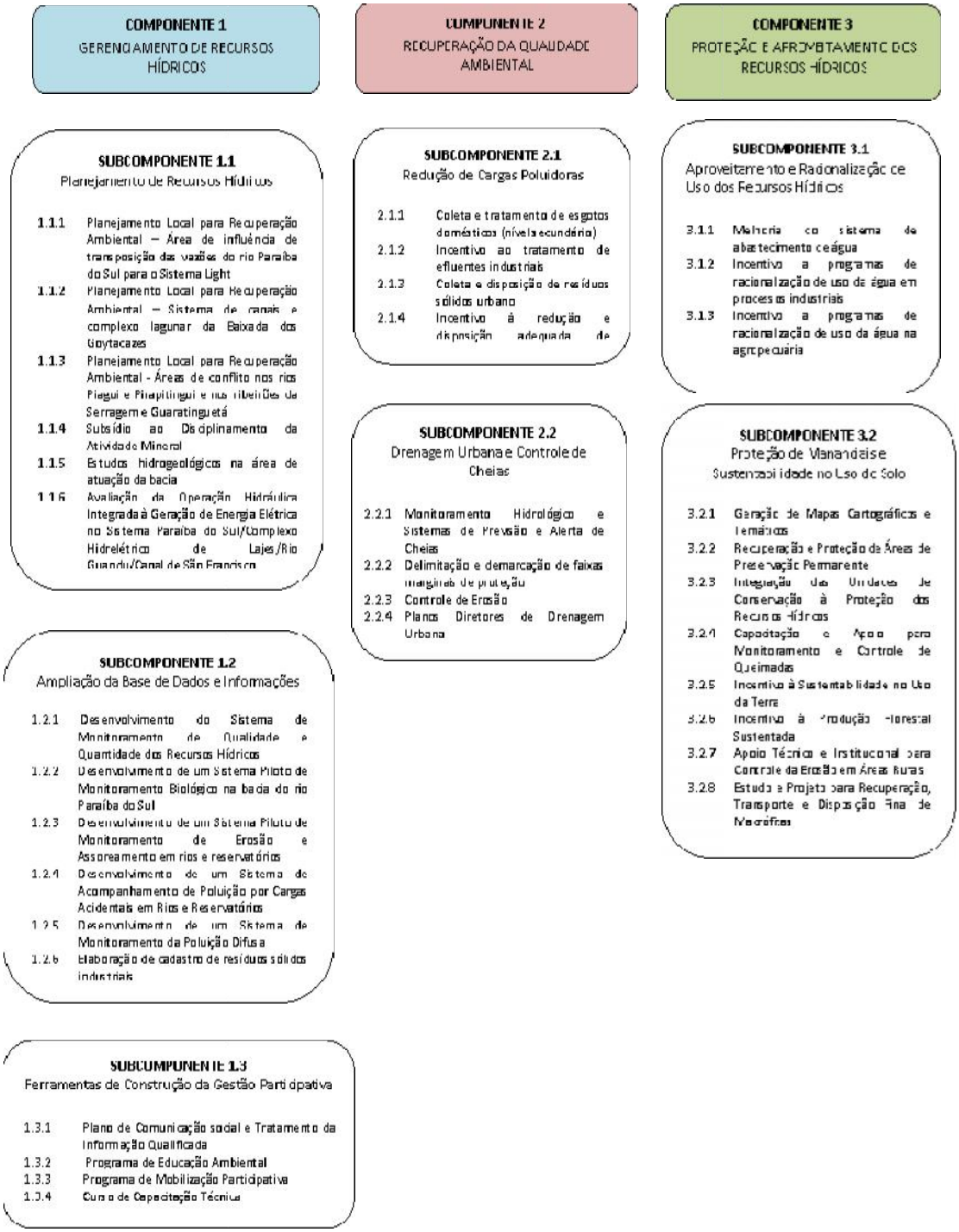

Figura 4. Estrutura temática do Plano de Recursos Hídricos.

O total de 36 programas, agrupados nos 3 Componentes do Plano – Gerenciamento de Recursos Hídricos, Recuperação da Qualidade Ambiental e Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos – encontram-se detalhados no Plano e nos Cadernos de Ações das sete unidades de planejamento e gestão da bacia do rio Paraíba do Sul.

Para otimização dos recursos da cobrança no período 2013 a 2016, foram selecionados 10 programas dentre o total de 36 previstos no Plano de Investimentos, de acordo com metodologia que considerou prioritário que atendesse pelo menos dois dos seguintes critérios:

a) Meta do PRH: pontuado se o programa está relacionado a uma das três metas prioritárias constante do PRH;

b) Prioridade dos Cadernos de Ação: pontuado se o programa esta relacionado às prioridades de ação apontadas em, no mínimo, quatro dos sete Cadernos de Ação da bacia;

c) Programas contemplados em ações deliberadas pelo CEIVAP: pontuado se o programa contempla ações deliberadas pelo CEIVAP até 2012.

Desta forma, foram priorizados os seguintes Programas:

1.3.1 Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação Qualificada;

1.3.2 Programa de Educação Ambiental;

1.3.3 Programa de Mobilização Participativa;

1.3.4 Programa de Capacitação Técnica;

2.1.1 Coleta e tratamento de esgotos domésticos (nível secundário) – inclui a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), sendo prioritária a elaboração do PMSB para os municípios da bacia que não o possuem;

2.1.3 Coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos – incluem a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);

2.2.1 Monitoramento Hidrológico Quali-Quantitativo e Sistemas de Previsão e Alerta de Cheias – tem como proposta instalar e/ou modernizar estações de monitoramento da quantidade e qualidade de água da bacia, permitindo uma atualização permanente das informações sobre disponibilidade e demandas de recursos hídricos na região;

3.2.1 Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos – tem por objetivo a criação de um Sistema de Informações Geográficas e a inclusão de informações

cartográficas e geo-ambientais da bacia com o intuito de subsidiar tomada de decisão;

3.2.2 Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente – inclui o levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas;

3.2.5 Incentivo à Sustentabilidade da Terra – inclui o levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnósticos; levantamento detalhado de propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais; monitoramento de resultados na qualidade e quantidade de água.

Os quatro programas integrantes do subcomponente 1.3 Ferramentas de Construção da Gestão Participativa contemplam ações de sensibilização, informação, mobilização e capacitação dos diversos atores na bacia para questões político-institucional e atividades técnicas em torno do tema água, de forma a buscar a construção de uma gestão de recursos hídricos, efetivamente descentralizada e participativa.

Os programas 2.11 e 2.13 do subcomponente 2.1 Redução de Cargas Poluidoras demandam tratamento prioritário, pois são os principais responsáveis pelo comprometimento da qualidade da água da bacia.

Os recursos oriundos da cobrança com expectativa de arrecadação na bacia do rio Paraíba do Sul entre 2013 e 2016, bem como os rendimentos financeiros do total de desembolsos previstos no período, perfazem um montante estimado em R$ 60,0 milhões, a serem alocados anualmente, conforme detalhado na Deliberação do CEIVAP Nº199/2012.

A alocação dos recursos nos 10 programas priorizados no Plano, no período 2013 a 2016, totalizou R$ 50,9 milhões, sendo aproximadamente a metade destinada a projetos de sistemas de esgotamento sanitário.

Para fins de avaliar a eficiência e a eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, conforme estabelecido no Contrato de Gestão.

6. APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PAP – ANO 2015

O Contrato de Gestão n.º 14/ANA/2004, em seu Décimo Terceiro Termo Aditivo, estabelece,através do Anexo I – Programa de Trabalho, o detalhamento dos critérios de avaliação do Indicador 2 – Planejamento e Gestão, sub indicador 2.A - Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016.

Assim, o relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia deve descrever por ação:

- Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra;
- Objeto e valor da ação;
- Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento;
- No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;
- Código de ação no Plano de Aplicação Plurianual;
- Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse; realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto;
- Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e,
- Identificação dos principais atrasos e justificativas.

Apresentamos a seguiras ações executadas no ano de 2015, considerando o detalhamento dos critérios de avaliação do Indicador 2 – Planejamento e Gestão, sub indicador 2.A - Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016.

Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O valor total previsto para o componente supracitado conforme PAP 2013-2016 é de R$ 8.039.792,00 (oito milhões, trinta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais).

Ele está dividido em dois subcomponentes que são: 1.1 Planejamento de Recursos Hídricos e 1.3 Ferramentas de construção da gestão participativa. O valor destinado à cada subcomponente é de, respectivamente, R$ 656.067,00 (seiscentos e

cinquenta e seis mil e sessenta e sete reais) e R$ 7.383.725,00 (sete milhões, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Do subcomponente 1.1 – Planejamento de Recursos Hídricos.

Neste subcomponente, foi previsto um programa denominado**1.1.4 – Subsídio ao disciplinamento da atividade mineral**. Para sua concretização, através do Edital 01/2012 foram submetidas propostas e foi hierarquizada, através da deliberação CEIVAP nº 193/12, a proposta apresentada pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, cujo objeto é a Elaboração de Estudo sobre o Transporte de Sedimentos e a Extração de Areia no Trecho Baixa do Rio Paraíba do Sul.

Os municípios diretamente beneficiados com este projeto são Itaocara, Aperibé, São Fidelis, Cambuci, Cardoso Moreira, São João da Barra, Campos dos Goytacazes

Para viabilizar o desenvolvimento, foi celebrado um contrato de transferência de recursos financeiros, por intermédio da Caixa Econômica Federal – CAIXA (contratação indireta), entre a AGEVAP e o INEA.

O contrato foi celebrado em 20/06/2013, com vigência até 30/01/2016. O valor total previsto para o projeto é de R$ 868.444,36 (oitocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos). Deste valor, R$ 212.378,29 (duzentos e doze mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos) serão contrapartida do INEA e os R$ R$ 656.066,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil e sessenta e seis reais) serão aportados pelo Comitê CEIVAP.

Assim, toda a rubrica disponível para o subcomponente 1.1 estava comprometida até o início do ano de 2015.

No desenvolvimento do contrato, existem fases a serem cumpridas. Após a assinatura do contrato, o contratado tem 180 dias para realizar a licitação, remeter à documentação à CAIXA e obter a autorização para início da execução do objeto – AIE.

Neste contrato, esta data foi reprogramada por três vezes, e não foi cumprida pelo contratado, o que gerou o cancelamento conforme Carta nº 1104

DI/AGEVAP, datada de 15 de junho de 2015.

Do subcomponente 1.3 – Ferramentas de construção da gestão participativa.

Este subcomponente, foi dividido em 4 programas, quais sejam: 1.3.1 Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação Qualificada, 1.3.2 Programas de Educação Ambiental, 1.3.3 Programa de Mobilização Participativa e 1.3.4 Curso de Capacitação Técnica.

No programa **1.3.1 Plano de Comunicação Social e Tratamento da Informação Qualificada**, foram previstastrês ações: 1. Contratação de uma consultoria especializada para elaboração do termo de referência para contratação de empresa responsável pela elaboração do Plano de Comunicação do CEIVAP 2. Contratação de empresa responsável pela elaboração do Plano de Comunicação do CEIVAP e 3. Implantação do Plano de Comunicação do CEIVAP.

O total de recursos previsto para este programa é de R$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais), que estão integralmente comprometidos com as três ações descritas acima.

No ano de 2015, a Ação 1 Contratação de uma consultoria especializada para elaboração do termo de referência para contratação de empresa responsável pela elaboração do Plano de Comunicação do CEIVAP, que comprometia o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), foi desenvolvida pela própria equipe AGEVAP, e resultou na publicação do Ato convocatório nº 17/2015, em 10 de julho de 2015.

Em 17 de agosto de 2015, foi publicado o resultado do Ato Convocatório nº 17/2015, e a empresa que se sagrou vencedora foi a ExLibris Ltda. EPP.

Desta forma, a Ação 1 foi integralmente executada e a Ação 2, está em andamento com contrato celebrado entre a empresa ExLibris Ltda. EPP e a AGEVAP.

O contrato supracitado foi celebrado em 26 de agosto de 2015 e tem vigência de 18 (dezoito) meses, contados da data de assinatura. O valor contratado é de R$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

O cronograma de trabalho a ser desenvolvido contempla 10 produtos, dos quais 3foram entregues e aprovados, resultando no desembolso do valor de R$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais).

A Ação 3 será um desdobramento da Ação 2 e,atualmente, tem previsão de comprometimento no valor de R$ 1.136.419,79 (um milhão cento e trinta e seis mil, quatrocentos e dezenove reais e setenta e nove centavos).

Como a Ação 1, foi desenvolvida pela equipe da AGEVAP, o recurso disponível para esta ação pode ser direcionado para uma nova ação.

Assim tornou-se viável a realização da Ação 4, que utilizará parte do recurso não utilizado na Ação 1 e parte do saldo disponível no programa 1.3.1.

Esta ação compreenderá na contratação de uma empresa especializada em serviços de Assessoria de Comunicação para o Comitê CEIVAP. Para esta nova ação o valor atualmente comprometido é de R$ 1.042.945,96 (um milhão, quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos.)

Para os programas **1.3.2 Plano de Educação Ambiental, 1.3.3 Programa de Mobilização Participativa** e **1.3.4 Cursos de Capacitação Técnica**o CEIVAPdesenvolveu seu Programa de Educação Ambiental, que tem como objetivo fortalecer a educação ambiental na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, promovendo a capacitação de profissionais para a elaboração e gestão de projetos nesta temática e a mobilização participativa visando à sensibilização no âmbito escolar e na comunidade.

O valor total previsto para este programa é de R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais).

Através do Edital 02/2015, que objetiva promover a capacitação de gestores municipais e membros de Comitês Afluentes para a elaboração de projetos de educação ambiental para os seus respectivos municípios, puderem se inscrever todosos municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que tinham interesse na capacitação de seus gestores e na criação do Projeto de Educação Ambiental descrito no Programa de Educação Ambiental do CEIVAP. Os Comitês Afluentes puderam indicar membros para participação na referida capacitação que iram apoiar os gestores municipais

na elaboração dos projetos.

Ao final do prazo de habilitação obtivemos 70 participantes, entre municípios e comitês.

Paralelamente ao lançamento do edital de seleção dos participantes do programa de educação Ambiental, a AGEVAP, em 11 de março de 2015, lançou o Ato convocatório nº 07/2015, para contratação de consultoria especializada para implantação do referido programa.

Em 27 de outubro de 2015, foi publicado o resultado do Ato Convocatório nº 07/2015, e a empresa que se sagrou vencedora foi a Consominas Engenharia Ltda.

O contrato de prestação de serviços está em fase de celebração e terá vigência de dois anos, contados da data de assinatura. O valor contratado é de R$1.257.084,73 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos).

A realização do curso está prevista para o início no primeiro semestre de 2016.

Durante a capacitação serão elaborados projetos de Educação Ambiental que, para sua posterior execução, poderão ser contemplados com recursos provenientes do CEIVAP.

Atualmente o CEIVAP comprometeu, para execução posterior destes projetos, o valor de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

No programa **1.3.2 Plano de Educação Ambiental**, o valor de R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais) estava comprometido com o projeto denominado “Meio ambiente, pensar e agir na escola e na comunidade/Onça Pintada - Anjos de São Francisco” anterior ao PAP e concluído antes do ano de 2015.

No programa **1.3.4 Curso de Capacitação Técnica**, o valor de R$ 139.225,00 (cento e trinta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais) estava comprometido com o projeto denominado “REDEVALE - Rede de ensino, pesquisa e educação à distância para a gestão dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul” em andamento anterior ao PAP e concluído

antes do ano de 2015.

Assim, para o Componente 1.Gerenciamento de Recursos Hídricos, foram previstos um total de 10 projetos, dos quais 3 estão concluídos, 1 foi cancelado, 4 estão em andamento e 2 estão parados/comprometidos, aguardando o desdobramento dos projetos que lhes dará suporte para desenvolvimento futuro (Gráfico 1)

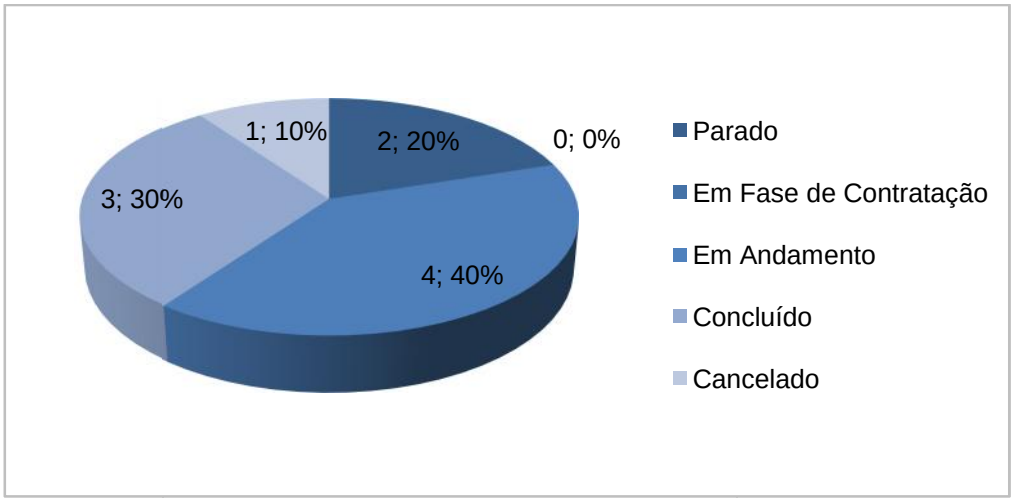

Gráfico 1. Status das ações inseridas no Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos

Analisando o Valor Total Previsto para este componente, temos que 99,73% do recurso já encontra-se comprometido com projetos distribuídos em todos os seus três subcomponentes, conforme representado no Gráfico 2.

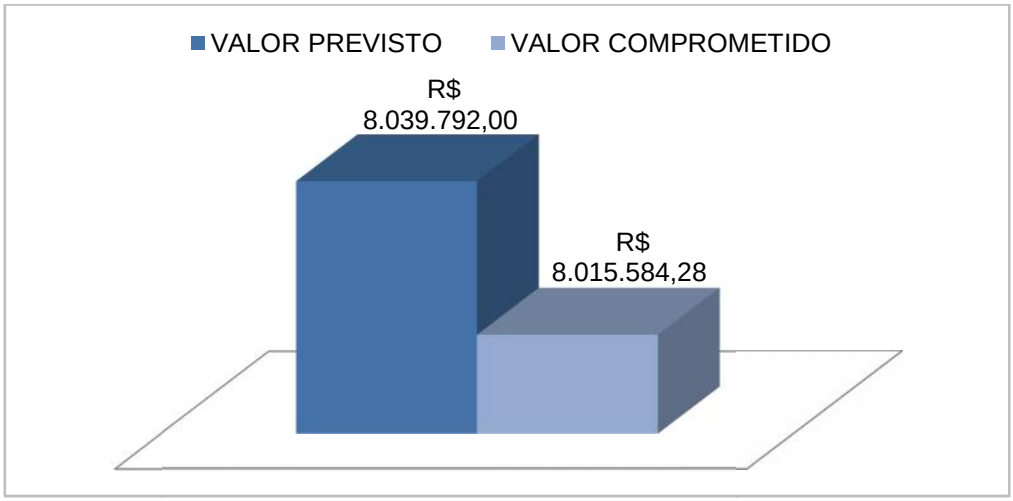

Gráfico 2. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos

O total de recursos desembolsados neste Componente é de R$ 1.380.710,48 (um milhão trezentos e oitenta mil, setecentos e dez reais e quarenta e oito centavos), correspondente á 17,25% do valor comprometido. Esta relação pode ser visualizada no Gráfico 3 abaixo.

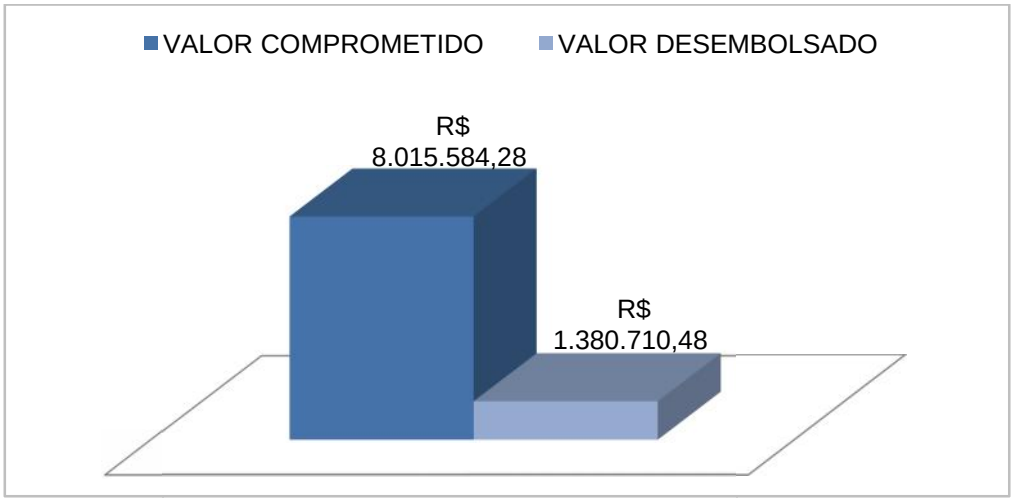

Gráfico 3. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 1. Gerenciamento de Recursos Hídricos

Deste valor R$ 196.279,36 (cento e noventa e seis mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos) foram desembolsados no ano de 2015.

Fazendo uma análise geral do Componente Gerenciamento de Recursos Hídricos, apesar de ainda ter ocorrido um pequeno percentual de desembolsos até o ano de 2015, já houve o comprometimento quase que total do valor previsto no PAP para este componente, com projetos que tiveram andamento efetivo no ano de 2015.

Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental

O valor total previsto para o componente supracitado conforme PAP 2013-2016 é de R$ 82.620.118,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil, cento e dezoito reais).

Ele está dividido em dois subcomponentes que são: 2.1 Redução de Cargas Poluidoras e 2.2 Drenagem urbana e controle de cheias. O valor destinado à cada subcomponente é de, respectivamente, R$ 74.047.223,00 (setenta e quatro milhões, quarenta e sete mil, duzentos e vinte e três reais) e R$ 8.572.895,00 (oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

Do subcomponente 2.1 – Redução de cargas poluidoras.

Este subcomponente, foi dividido em 2 programas, quais sejam: 2.1.1 Coleta e tratamento de esgotos domésticos e 2.1.3 Coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos.

No programa **2.1.1 Coleta e tratamento de esgotos domésticos**, foram previstos oitenta e cinco projetos para serem desenvolvidos. Devido à complexidade de dados, quando possível, serão citados projetos agrupados por objeto contratado.

O primeiro projeto que será apresentado, foi contratado antes do ano de 2015, denominado "**ETE Pedregulho**", refere-se à execução das Obras da Estação de Tratamento de Esgoto de Pedregulho, realizadas no município de Guaratinguetá –SP.

A contratação deste projeto foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador do contrato foi o município de Guaratinguetá e o SAEG - Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Saneamento de Guaratinguetá figurou como interveniente.

A assinatura do contrato ocorreu em 22 de novembro de 2005, a vigência inicial era até 31 de março de 2009 e, após as prorrogações concedidas, a vigência atual é 31 de dezembro de 2015. A autorização para inicio de execução do objeto contratado ocorreu em 6 de março de 2007.

O valor total atual do projeto é de R$ 6.343.774,98 (seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos), deste valor,R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais serão aportados pelo CEIVAP e R$ 3.943.774,98 (três milhões novecentos e quarenta e três mil setecentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) serão contrapartida aportada pelo município.

Durante o desenvolvimento desta obra, foram concedidas oito prorrogações de vigência, devido à atrasos na execução do objeto e, atualmente, o índice de execução das obras está em 41,76 %.

Já foi repassado pelo CEIVAP a quantia de R$ 1.117.624,67 (um milhão, cento e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete

centavos).

Devido à proximidade do vencimento deste contrato, considerando o logo período de duração e o baixo índice de execução do objeto, em dezembro de 2015 será realizada uma reunião entre os agentes envolvidos, para uma definição quanto ao prosseguimento do contrato.

Outro projeto, contratado também antes do ano de 2015, denominado **"ETE Ano Bom"**, refere-se à Construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - Ano Bom, realizadas no município de Barra Mansa – RJ.

A contratação deste projeto foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador do contrato foi o município de Barra Mansa e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa -SAAE BM figurou como interveniente.

A assinatura do contrato ocorreu em 27 de dezembro de 2006 e a vigência inicial era até 30 de abril de 2008, após as prorrogações concedidas, a vigência atual é 30 de abril de 2016. A autorização para inicio de execução do objeto contratado ocorreu em 16 de setembro de 2009.

O valor total atual do projeto é de R$ 5.557.171,78 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e um reais e setenta e oito centavos), deste valor,R$ 3.298.231,32 (três milhões duzentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos) serão aportados pelo CEIVAP e R$ 2.258.940,46 (dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos) serão contrapartida aportada pelo município.

Durante o desenvolvimento desta obra, foram concedidas oito prorrogações de vigência, devido à atrasos na execução do objeto e, atualmente, o índice de execução das obras está em 39,86 %.

Já foi repassado pelo CEIVAP a quantia de R$ 1.313.529,13 (um milhão, trezentos e treze mil, quinhentos e vinte e nove reais e treze centavos).

A seguir serão apresentados oito projetos **de Estudo de Concepção de Sistemas de Esgotamento Sanitário**, contratados antes do ano de 2015. Eles foram habilitados para o repasse de recursos através da Deliberação

CEIVAP 113/2009.

A contratação destes foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador do contrato foi a Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna – AMPAR, e os municípios beneficiados foram Matias Barbosa, Mar de Espanha, Pedro Teixeira, Piau, Rio Preto, Santana do Deserto, Senador Cortes, e Simão Pereira, todos localizados no estado de Minas Gerais.

Na Tabela 1 é apresentado o resumo dos contratos de cada projeto.

Tabela 1. Resumo dos Contratos de Projetos de Estudo de Concepção de Sistemas de Esgotamento Sanitário

	Tomador	Município Contemplado	UF	Objeto	Data Assinatura do contrato	Autorização Início Execução	Vigência	Prorrogações	Vigência Atual	Valor contratado	Valor desembolsado	Status
1	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Simão Pereira	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	15/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 27.417,12	R$ 27.417,12	Concluído
2	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Mar de Espanha	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	15/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 24.403,07	R$ 24.403,07	Concluído
3	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Piau	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	15/2/2011	12/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 40.476,77	R$ 40.476,77	Concluído
4	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Rio Preto	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 49.119,54	R$ 49.119,54	Concluído
5	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Santana do Deserto	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	8	31/3/2015	R$ 43.471,93	R$ 43.471,93	Concluído
6	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Senador Cortes	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/3/2011	7	30/1/2015	R$ 30.665,23	R$ 30.665,23	Concluído
7	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Matias Barbosa	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 35.176,26	R$ 35.176,26	Concluído
8	AMPAR - Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna	Pedro Teixeira	MG	Estudo de Concepção do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 30.483,59	R$ 30.483,59	Concluído
									Total	R$ 281.213,51	R$ 281.213,51	

Atualmente todos os projetos estão concluídos, o valor total repassado foi de R$ 281.213,51 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e treze reais e cinquenta e um centavos).

São apresentados mais oito projetos de **Estudo de Concepção e Elaboração de Projetos Executivo de Sistema de Esgotamento Sanitário**, contratados antes do ano de 2015.Eles foram habilitados para o

repasse de recursos através das Deliberações CEIVAP 116/2009, 117/2009 e 130/2009.

A contratação destes também foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador do contrato foi a Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraibuna – AMPAR, e os municípios beneficiados foram Belmiro Braga, Coronel Pacheco, Descoberto, Maripá de Minas, Olaria, Piraúba, Rio Pomba e Santa Bárbara do Monte, todos localizados no estado de Minas Gerais.

Na Tabela 2 é apresentado o resumo dos contratos de cada projeto.

Tabela 2. Resumo dos Contratos de Projetos de Estudo de Concepção e Elaboração de Projetos Executivo de Sistema de Esgotamento Sanitário

Município Contemplado	UF	Objeto	Data Assinatura do contrato	Autorização Início Execução	Vigência	Prorrogações	Vigência Atual	Valor contratado	Valor desembolsado	Status
Belmiro Braga	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	6	30/1/2015	R$ 81.633,38	R$ 81.633,38	Concluído
Coronel Pacheco	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	8	31/3/2015	R$ 72.452,21	R$ 72.452,21	Concluído
Descoberto	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	6	30/1/2015	R$ 40.101,34	R$ 40.101,34	Concluído
Maripá de Minas	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 65.774,62	R$ 65.774,62	Concluído
Olaria	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	180/2011	4/11/2011	30/5/2012	6	30/1/2015	R$ 53.602,10	R$ 52.368,26	Concluído
Rio Pomba	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 98.520,00	R$ 97.594,62	Concluído
Santa Bárbara do Monte Verde	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 77.704,26	R$ 77.704,26	Concluído
Piraúba	MG	Estudo de Concepção e Elaboração do Projeto Executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário	18/2/2011	4/11/2011	30/5/2012	7	30/1/2015	R$ 73.025,50	R$ 72.100,12	Concluído
							Totais	**R$ 562.813,41**	**R$ 559.728,81**	

Atualmente todos os projetos estão concluídos, o valor total repassado para eles foi de R$ 559.728,81 (quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos).

Outro projeto, denominado **“Sistema de Esgotamento Sanitário”**, foi contratado antes do ano de 2015, e refere-se à execução do Sistema de esgotamento sanitário do município de Divinésia – MG.

A contratação deste projeto foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador do contrato foi o município de Divinésia - MG.

A assinatura do contrato ocorreu em 10 de maio de 2006, a vigência inicial era até 30 de novembro de 2012, após as prorrogações concedidas, a vigência atual é 26 de junho de 2016. A autorização para inicio de execução do objeto contratado ocorreu em 10 de novembro de 2009.

O valor total atual do projeto é de R$ 2.223.282,40 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), deste valor, R$ 2.219.682,40 (dois milhões duzentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) serão aportados pelo CEIVAP e R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais serão contrapartida aportada pelo município.

Durante o desenvolvimento desta obra, foram concedidas sete prorrogações de vigência,isto porque o município enfrentou muitas dificuldades junto à empresa contratada para execução do serviço, o que culminou na rescisão do contrato com esta empresa.O índice de execução das obras está em 34,09 % executado do total de 100%.

Este ano, após uma reunião conjunta entre AGEVAP, CAIXA e município, foi realizada uma visita às obras, pelos três agentes envolvidos, e por um perito no assunto, para avaliação do trabalho existente no local.

Os resultados deste relatório estão servindo de base para decisão quanto o prosseguimento deste contrato que ocorrerá, após reunião conjunta entre os partícipes, ainda no mês de janeiro de 2016**.**

A seguir, são apresentados oito projetos **de Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico**, contratados antes do ano de 2015. Eles foram habilitados para o repasse de recursos através da Deliberação CEIVAP 159/2011.

A contratação destes também foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador decada contrato está descrito na tabela abaixo, e os municípios beneficiados foram Belmiro Braga, Maripá de Minas, Muriaé, Pedro Teixeira, Piraúba, Olaria, Rio Pomba e Simão, todos localizados no

estado de Minas Gerais.

Na Tabela 3 é apresentado o resumo dos contratos de cada projeto.

Tabela 3. Resumo dos Contratos de Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico

	Tomador	Município Contemplado	UF	Objeto	Data Assinatura do contrato	Autorização Início Execução	Vigência	Prorrogações	Vigência Atual	Valor contratado	Valor desembolsado	Status
1	DEMSUR - Derpatamento Municipal de Saneamento Urbano	Muriaé	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	11/5/2012	22/11/2012	30/5/2014	3	15/12/2014	R$ 379.500,00	R$ 379.500,00	Concluído
2	Prefeitura Municipal de Maripá de Minas	Maripá de Minas	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	23/5/2012	21/11/2012	30/5/2014	4	30/9/2015	R$ 78.804,50	R$ 78.804,50	Concluído
3	Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira	Pedro Teixeira	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	22/5/2012	22/3/2013	30/3/2013	3	30/12/2014	R$ 45.534,00	R$ 0,00	Cancelado
4	Prefeitura Municipal de Simão Pereira	Simão Pereira	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	22/5/2012	22/3/2013	30/5/2014	4	30/5/2015	R$ 71.971,00	R$ 71.971,00	Concluído
5	Prefeitura Muicipal de Olaria	Olaria	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	22/5/2012	22/11/2012	30/3/2014	2	30/12/2014	R$ 62.949,00	R$ 0,00	Cancelado
6	Prefeitura Municipal de Piraúba	Piraúba	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	21/5/2012	10/4/2013	30/5/2014	2	30/12/2014	R$ 154.840,00	R$ 0,00	Cancelado
7	Prefeitura Municipal de Belmiro Braga	Belmiro Braga	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	22/5/2012	11/7/2013	14/5/2014	4	8/12/2015	R$ 54.800,00	R$ 52.646,36	Concluído
8	Prefeitura Municipal de Rio Pomba	Rio Pomba	MG	Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	21/5/2012	22/11/2012	30/5/2014	1	30/11/2014	R$ 241.710,00	R$ 241.710,00	Concluído
									Totais	R$ 1.090.108,50	R$ 824.631,86	

Atualmente todos os projetos estão concluídos, com a exceção dos projetos de Pedro Teixeira, Olaria e Piraúba, que foram cancelados por não apresentarem evolução durante sua execução.

O valor total repassado para eles foi de R$ 824.631,86 (oitocentos e vinte e quatro mil seiscentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos).

Será abordado a seguir o projeto denominado **"Elaboração dos Estudos de Concepção e Projetos do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Distritos de Conceição do Ibitipoca, São José dos Lopes e Povoado de Manejo"**, foi contratado antes do ano de 2015, através do agente técnico financeiro CAIXA, e cancelado no ano de 2014, conforme carta 1103/2015 DI – AGEVAP, por não apresentar evolução durante sua execução.

O valor previsto para este projeto era de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e face ao cancelamento citado, este valor está disponível para alocação em outros projetos.

Havia também a previsão do projeto denominado **"Elaboração de Projetos Básicos de Engenharia para Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios do Estado do Rio de Janeiro Inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul"**, contratado antes do ano de 2015, através do agente técnico financeiro CAIXA, foi cancelado neste ano, conforme carta 2704/2014 DI – AGEVAP, por vencimento do prazo para autorização de início de execução do objeto - AIE.

O valor previsto para este projeto era de R$ 2.827.114,66 (dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil, cento e quatorze reais e sessenta e seis centavos), e face ao cancelamento citado, ele está disponível para alocação em outros projetos.

Outro projeto denominado **"Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios com FPM entre 0,6 e 1,2 do trecho mineiro da Bacia do Rio Paraíba do Sul"**, contratado antes do ano de 2015, refere-se à execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos seguintes municípios mineiros: Itamarati de Minas, Pirapetinga, Laranjal, Astolfo Dutra, Barão do Monte Alto, Patrocínio do Muriaé, Vieiras, Faria Lemos, Além Paraíba, Cataguases, Leopoldina e Rio Novo.

Inicialmente esta contratação ocorreria através do agente técnico financeiro CAIXA, porém, por solicitação do Consórcio Intermunicipal para Recuperação da Bacia do rio Muriaé, o CEIVAP, autorizou que a contratação e acompanhamento fosse realizado diretamente pela AGEVAP.

Assim, a AGEVAP, através do Ato convocatório nº 007/2013, contratou a empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria S/S Ltda. para elaboração dos Planos de Saneamento Básico dos municípios mineiros citados anteriormente.

O contrato de prestação destes serviços foi celebrado em 15 de abril de 2015 e teve vigência inicial até 15 de abril de 2014. Devidos aos atrasos na execução do objeto, foram realizados 5 aditivos de prorrogação de vigência, e esta se encerra atualmente em 31 de dezembro de 2016.

O valor contratado é de R$ 2.728.275,86 (dois milhões, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

O cronograma de trabalho desenvolvido contempla 10 produtos. Os produtos 1 e 2 não estão divididos por municípios e já estão entregue aprovados.

Os demais produtos, serão realizados para cada município, desta forma já temos entregues e aprovados, os produtos 3, 4, 5 e 6 do município de Faria Lemos, e os produtos 3 e 4 do município de Astolfo Dutra, os demais encontram-se em desenvolvimento.

O valor desembolsado para este contrato até o momento é de R$ 426.716,66 (quatrocentos e vinte e seis mil setecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos). Deste valor, a quantia de R$ 31.116,66 (trinta e um mil cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) foi desembolsada no ano de 2015.

Será apresentado o projeto denominado **"Elaboração Plano Municipal de Saneamento Básico MG - Grupo 1 (Edital de Chamamento 01.2013)"**, contratado antes do ano de 2015, e concluído no início do ano de 2015. Ele refere-se à execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos seguintes municípios mineiros: Antônio Carlos, Bias Fortes, Bicas, Ewbank da Câmara, Goianá, Santa Rita de Ibitipoca, Santos Dumont, Tabuleiro e São João Nepomuceno.

Os municípios foram hierarquizados através do Edital de Chamamento 01/2013, e a empresa Conen Consultoria e Engenharia Ltda, executora dos projetos, foi selecionada através do Ato Convocatório nº 012/2013.

O contrato de prestação destes serviços foi celebrado em 26 de agosto de 2013 e teve vigência inicial até 26 de agosto de 2014. Devido a um atraso na execução do objeto, foi realizado 1 aditivo de prorrogação de vigência, e a data final passou a ser em 26 de fevereiro de 2015 .

O valor contratado foi de R$ 1.845.996,39 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e nove centavos).

Os projetos já foram concluídos gerando um desembolso de R$ 1.845.996,39 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e nove centavos). Deste valor R$ 572.258,87 (quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete

centavos) foram desembolsados no ano de 2015.

Será abordado a seguir o projeto denominado **"Elaboração Plano Municipal de Saneamento Básico MG - Grupo 2 (Edital de Chamamento 01.2013)"**, foi contratado antes do ano de 2015, e concluído no ano de 2015. Ele refere-se à execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos seguintes municípios mineiros: Carangola, Divinésia, Divino, Guiricema, Miradouro, Orizânia, Pedra Dourada, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Tombos.

Os municípios foram hierarquizados através do Edital de Chamamento 01/2013, e a empresa Conen Consultoria e Engenharia Ltda, executora dos projetos, foi selecionada através do Ato Convocatório nº 013/2013.

O contrato de prestação destes serviços foi celebrado em 26 de agosto de 2013 e teve vigência inicial até 26 de agosto de 2014. Devido a um atraso na execução do objeto, foi realizado um aditivo de prorrogação de vigência, e a data final passou a ser em 26 de fevereiro de 2015.

O valor contratado foi de R$ 2.239.053,14 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

Os projetos já foram concluídos gerando um desembolso de R$ 2.239.053,14 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, e cinquenta e três reais e quatorze centavos). Deste valor R$ 694.106,48 (seiscentos e noventa e quatro mil, cento e seis reais e quarenta e oito centavos) foram desembolsados no ano de 2015.

O valor de R$ 4.162.901,48 (quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e um reais e quarenta e oito centavos) estava comprometido com a ação denominada **"Restituição do Recurso da CESAMA - ETE Juiz de Fora"**, concluído e desembolsado antes do ano de 2015.

A seguir serão apresentados cinco projetos de **Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário**, contratados antes do ano de 2015. Eles foram habilitados para o repasse de recursos através das Deliberações CEIVAP 171/2011, 199/2012 e 203/2013.

A contratação destes foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA, o tomador de cada contrato está descrito na tabela abaixo, e os municípios beneficiados foram São José do Barreiro/SP, Areias/SP, Natividade/RJ, Porciúncula/RJ e Valença/RJ

Na Tabela 4 é apresentado o resumo dos contratos de cada projeto.

Tabela 4. Resumo dos Contratos de Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário

	Tomador	Município Contemplado	UF	Objeto	Data Assinatura do contrato	Autorização Início Execução	Vigência	Prorrogações	Vigência Atual	Valor contratado	Valor desembolsado	Status
1	Prefeitura Municipal de São José do Barreiro	São José do Barreiro	SP	Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	21/1/2015	16/9/2015	21/1/2016	0	21/1/2016	R$ 166.397,12		Andamento
2	Prefeitura Municipal de Natividade	Natividade	RJ	Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	30/12/2014	9/7/2015	24/1/2016	0	24/1/2016	R$ 230.386,22		Andamento
3	Prefeitura Municiapal de Porciúncula	Porciúncula	RJ	Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	21/8/2014	19/3/2015	21/11/2015	0		R$ 0,00		Cancelado
4	Prefeitura Municipal de Valença	Valença	RJ	Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário						R$ 0,00		Cancelado
5	Prefeitura Municipal de Areias	Areias	SP	Elaboração de Estudo de Concepção, Projetos Básico e Executivo e Estudo Ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário	21/1/2015	18/9/2015	21/1/2016	0	21/1/2016	R$ 163.001,10		Andamento
									Totais	**R$ 559.784,44**	**R$ 0,00**	

Atualmente três projetos estão em andamento e dois projetos estão cancelados por descumprimento de prazo contratual.

O valor total comprometido para os projetos em andamento é de R$ 559.734,44 (quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Finalizando os projetos e ações desenvolvidas dentro deste programa, temos o contrato nº 085/ANA /2014 em que os contratantes são Agência Nacional da Água – ANA e a AGEVAP, a contratada a Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA Juiz de Fora, denominada prestadora de serviços, o agente financeiro é a CAIXA e os intervenientes são o Município de Juiz de Fora e o CEIVAP.

Este contrato tem como objeto a transferência de recursos financeiros da ANA e da AGEVAP ao prestador de serviços, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas _ PRODES, na forma de pagamento pelo esgoto tratado da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE União Indústria, no município de Juiz de Fora / MG.

O contrato foi celebrado em 12 de dezembro de 2014 e tem vigência até 31 de janeiro de 2020.

O valor contratado foi de R$ 3.318.000,00 (três milhões trezentos e dezoito mil reais). Deste valor, R$ 1.659.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil reais) serão aportados à conta de crédito orçamentário consignado no Orçamento Gearal da União para o exercício de 2014, a cargo da ANA. E o restante, que corresponde à R$ 1.659.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil reais), correrão à conta dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, de responsabilidade da AGEVAP, na forma da Deliberação CEIVAP nº 217/2014.

Considerando a publicação deste contrato no Diário Oficial em 23 de fevereiro de 2015, a AGEVAP realizou o repasse da quantia de R$ 1.659.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil reais) em 26 de fevereiro de 2015, concluindo integralmente a responsabilidade assumida neste contrato.

Ainda dentro deste programa, conforme Deliberações CEIVAP nº 225/2015 e 226/2015, foram remanejados, para a criação do subcomponente: Ações Emergenciais – Estresse Hídrico da bacia do Rio Paraíba do Sul, no Componente demandas CEIVAP, a quantia de R$ R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Diante do exposto, dentro do programa **2.1.1 Coleta e tratamento de esgotos domésticos,** até o final do ano de 2015, está comprometida com projetos a quantia de R$ 26.022.939,00 (vinte e seis milhões, vinte e dois mil, novecentos e trinta e nove reais).

Abordaremos a seguir o programa **2.1.3 Coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos.** Para este programa foram previstos cento e vinte e oito projetos para serem desenvolvidos. Devido à complexidade de dados, quando possível, serão citados projetos agrupados por objeto contratado.

O primeiro projeto que será apresentado, foi contratado antes do ano de 2015, denominado "**UTC Piau**", refere-se à execução das obras de implantação das Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, realizadas no município de Piau-MG.

A contratação deste projeto foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA e o tomador do contrato foi o município de Piau-MG.

A assinatura do contrato ocorreu em 01 de junho de 2011, a vigência inicial era até 30 de novembro de 2012 e, após as prorrogações concedidas, a vigência atual é 30 de maio de 2016. A autorização para inicio de execução do objeto contratado ocorreu em 18 de maio de 2012.

O valor total atual do projeto é de R$ 342.326,38 (trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos), deste valor, R$ 324.073,13 (trezentos e vinte e quatro mil, setenta e três reais e treze centavos) serão aportados pelo CEIVAP e R$ 18.253,25 (dezoito mil duzentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos) serão contra partida aportada pelo município.

Durante o desenvolvimento desta obra, foram concedidas cinco prorrogações de vigência, devido à atrasos na execução do objeto e, atualmente, o índice de execução está em 18,39 %.

Já foi repassado pelo CEIVAP a quantia de R$ 108.592,21 (cento e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Outro projeto, denominado **"Aterro Sanitário de Muriaé",** foi contratado e concluído antes do ano de 2015, e refere-se à Implantação do Aterro Sanitário do Município de Muriaé-MG.

A contratação deste projeto foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA e o tomador do contrato foi o Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR do município de Muriaé-MG.

Com este projeto foi realizado o desembolso da quantia de R$ 1.222.848,10 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e dez centavos).

A seguir será apresentado o projeto denominado "**UTC Rio Preto**" que se refere à execução das obras de Ampliação e Modernização da Usina de Triagem e Compostagem do município de Rio Preto-MG.

A contratação deste projeto foi realizada através do agente técnico financeiro

CAIXA e o tomador do contrato foi o município de Rio Preto-MG.

A assinatura do contrato ocorreu em 22 de maio de 2012, a vigência inicial era até 30 de maio de 2014 e, após as prorrogações concedidas, a vigência atual é 29 de fevereiro de 2016. A autorização para inicio de execução do objeto contratado ocorreu em 24 de julho de 2012.

O valor total do projeto é de R$ 267.739,51 (duzentos e sessenta e sete mil setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos).

Durante o desenvolvimento desta obra, foram concedidas quatro prorrogações de vigência, devido à atrasos na execução do objeto e, atualmente, o índice de execução está em 97,82 %.

Já foi repassado pelo CEIVAP a quantia de R$ 261.207,15 (duzentos e sessenta e um mil, duzentos e sete reais e quinze centavos).

Outro projeto que será apresentado, denominado "**Elaboração de Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Municípios Mineiros"**, foi contratado e concluído antes do ano de 2015, e refere-se à Elaboração de Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos dos seguintes municípios mineiros: Aracitaba, Belmiro Braga, Chácara, Coronel Pacheco, Mar de Espanha, Matias Barbosa, Olaria, Pedro Teixeira, Piau, Piraúba, Rio Pomba, Rio Preto, Senador Cortes e Simão Pereira. Com este projeto foi realizado o desembolso da quantia de R$ 652.010,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil e dez reais).

Finalizando os projetos desenvolvidos dentro deste programa temos 112 projetos de **"Elaboração Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS".**

Os municípios contemplados para receber este projeto foram hierarquizados através dos Editais de Chamamento 02/2013 e 03/2013.

A contratação destes projetos foi realizada através do agente técnico financeiro CAIXA e o tomador de cada contrato foi a própria Prefeitura de cada município contemplado. O fluxo simplificado desta contratação ocorreu conforme demonstrado na Figura 5.

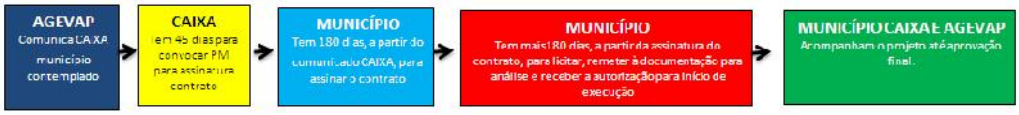

Figura 5. Fluxo simplificado contratação PMGIRS, através agente técnico financeiro CAIXA.

Infelizmente, uma grande parcela destes contratos, foi cancelada por descumprimento dos prazos contratuais.

Na Tabela 5 é apresentado o resumo dos contratos de cada projeto.

Tabela 5. Resumo dos Contratos de Planos Municipais de gestão Integrada de Resíduos Sólidos

	Município	UF	Assinatura do contrato	AIE	Vigência	Prorrogações	Vigência Atual	Valor contratado	Valor desembolsado	Status
1	Antônio Carlos	MG	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
2	Arapeí	SP	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
3	Argirita	MG	19/12/2014	23/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 134.900,82	R$ 0,00	Andamento
4	Arujá	SP	20/10/2014	18/04/2015	30/04/2016	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
5	Astolfo Dutra	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
6	Barra Mansa	RJ	04/08/2014	31/01/2015	04/09/2015	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
7	Bias Fortes	MG	31/12/2014	29/06/2015	30/08/2017	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
8	Bicas	MG	06/01/2015	05/07/2015	30/08/2017	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
9	Cachoeira Paulista	SP	23/12/2014	21/06/2015	23/12/2015	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
10	Cambuci	RJ	30/12/2014	28/06/2015	30/03/2016	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
11	Campos dos Goitacazes	RJ	29/12/2014	27/06/2015	29/03/2016	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
12	Carangola	MG	31/12/2014	29/06/2015	30/08/2017	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
13	Carapebus	RJ	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
14	Carmo	RJ	23/12/2014	21/96/15	23/09/2015	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado

15	Cataguases	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
16	Chiador	MG	23/12/2014	21/06/2015	30/08/2017	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
17	Cruzeiro	SP	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
18	Cunha	SP	21/01/2015	20/07/2015	21/01/2016	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
19	Divinésia	MG	22/12/2014	26/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 79.840,99	R$ 0,00	Andamento
20	Ewbank da Câmara	MG	05/01/2015	07/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 97.800,00	R$ 0,00	Andamento
21	Goianá	MG	24/12/2014	01/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 69.824,16	R$ 0,00	Andamento
22	Guarani	MG	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
23	Guiricema	MG	23/12/2014	21/06/2015	30/08/2017	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
24	Italva	RJ	19/08/2014	15/02/2015	19/11/2015	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
25	Itamarati de Minas	MG	30/12/2014	28/06/2015	30/08/2017	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
26	Itaocara	RJ	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
27	Juiz de Fora	MG	29/12/2014	27/06/2015	30/08/2017	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
28	Lagoinha	SP	26/01/2015	24/09/2015	26/01/2016	0	26/01/2016	R$ 0,00	R$ 0,00	Andamento
29	Laje do Muriaé	RJ	13/11/2014	12/05/2015	13/02/2016	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
30	Lorena	SP	20/01/2015	17/09/2015	12/01/2016	0	12/01/2016	R$ 438.079,90	R$ 0,00	Andamento
31	Maripá de Minas	MG	24/12/2014	23/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 110.000,00	R$ 0,00	Andamento
32	Palma	MG	22/12/2014	01/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 99.908,01	R$ 0,00	Andamento
33	Orizânia	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
34	Passa Vinte	MG	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
35	Patrocínio do Muriaé	MG	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
36	Petrópolis	RJ	-	-	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
37	Paty do Alferes	RJ	30/12/2014	28/06/2015	30/09/2015	0	30/09/2015	R$ 216.072,26	R$ 0,00	Cancelado

38	Pedra Dourada	MG	24/12/2014	22/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 139.655,76	R$ 0,00	Cancelado
39	Pindamonhangaba	SP	01/12/2014	30/05/2015	01/12/2015	0	01/12/2015	R$ 515.985,32	R$ 0,00	Cancelado
40	Pinheiral	RJ	12/09/2014	11/03/2015	12/09/2015	0	12/09/2015	R$ 216.072,26	R$ 0,00	Cancelado
41	Pirapetinga	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelado
42	Por ciúncula	RJ	21/08/2014	17/02/2015	21/11/2015	0	21/11/2015	R$ 145.703,01	R$ 0,00	Cancelado
43	Porto Real	RJ	11/09/2014	10/03/2015	11/09/2015	0	11/09/2015	R$ 145.703,01	R$ 0,00	Cancelado
44	Potim	SP	20/01/2015	19/07/2015	20/01/2016	0	20/01/2016	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelar
45	Queluz	SP	21/01/2015	20/07/2015	21/01/2016	0	21/01/2016	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelar
46	Recreio	MG	29/12/2014	27/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 144.850,00	R$ 0,00	Andamento
47	Resende	RJ	23/09/2014	22/03/2015	23/09/2015	0	23/09/2015	R$ 515.985,32	R$ 0,00	Cancelado
48	Rio Novo	MG	26/12/2014	23/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 79.840,99	R$ 0,00	Andamento
49	Rochedo de Minas	MG	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
50	Santa Branca	SP	23/01/2015	22/07/2015	23/01/2016	0	23/01/2016	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelado
51	Santa Izabel	SP	17/12/2014	15/06/2015	30/06/2016	0	30/06/2016	R$ 201.302,98	R$ 10.065,15	Andamento
52	Santa Rita de Ibitipoca	MG	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
53	Santo Antônio de Pádua	RJ	31/12/2014	29/06/2015	30/03/2016	0	30/03/2016	R$ 228.448,60	R$ 0,00	Cancelado
54	Santos Dumont	MG	26/12/2014	24/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 228.460,08	R$ 0,00	Cancelado
55	São Fidélis	RJ	24/12/2014	22/06/2015	24/03/2016	0	24/03/2016	R$ 219.052,06	R$ 0,00	Cancelado
56	São Francisco de Itabapoana	RJ	31/12/2014	29/06/2015	30/03/2016	0	30/03/2016	R$ 228.448,60	R$ 0,00	Cancelado
57	São João da Barra	RJ	10/10/2014	08/04/2015	10/01/2016	0	10/01/2016	R$ 219.052,06	R$ 0,00	Cancelado

58	São Francisco do Glória	MG	30/12/2014	02/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 134.900,82	R$ 0,00	Andamento
59	São Geraldo	MG	30/12/2014	28/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelado
60	São José de Ubá	RJ	22/12/2014	20/06/2015	22/03/2016	0	22/03/2016	R$ 142.723,21	R$ 0,00	Cancelado
61	São Luiz do Paraitinga	SP	28/01/2015	27/07/2015	28/01/2016	0	28/01/2016	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelado
62	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
63	Silveiras	SP	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
64	Tabuleiro	MG	24/12/2014	01/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 65.500,00	R$ 0,00	Andamento
65	Tocantins	MG	23/12/2014	01/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 64.109,32	R$ 0,00	Andamento
66	Trajano de Morais	RJ	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
67	Valença	RJ	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
68	Vassouras	RJ	23/09/2014	22/03/2015	23/09/2015	0	23/09/2015	R$ 219.052,06	R$ 0,00	Cancelado
69	Desterro de Melo	MG	31/12/2014	29/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 139.655,76	R$ 0,00	Cancelado
70	Bocaina de Minas	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 142.731,48	R$ 0,00	Cancelado
71	Guarará	MG	26/12/2014	23/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 95.378,87	R$ 0,00	Andamento
72	Eugenópolis	MG	29/12/2014	27/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Andamento
73	Miraí	MG	29/06/2015	29/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 145.712,08	R$ 0,00	Cancelado
74	Santa Rita de Jacutinga	MG	23/12/2014	21/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 139.655,76	R$ 0,00	Cancelado
75	Conceição de Macabú	RJ	29/12/2014	27/06/2015	29/03/2016	0	29/03/2016	R$ 216.072,26	R$ 0,00	Cancelado
76	Miracema	RJ	07/08/2014	03/02/2015	07/11/2015	0	07/11/2015	R$ 216.072,26	R$ 0,00	Cancelado
77	Paiva	MG	30/12/2014	28/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 139.655,76	R$ 0,00	Cancelado
78	Barão de Monte Alto	MG	29/12/2014	27/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 136.623,70	R$ 0,00	Cancelado

79	Santana do Deserto	MG	31/12/2014	29/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 133.547,98	R$ 0,00	Cancelado
80	Silverânia	MG	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
81	Redenção da Serra	SP	27/02/2015	23/10/2015	27/02/2016	0	27/02/2016	R$ 133.547,98	R$ 0,00	Andamento
82	Miradouro	MG	30/12/2014	28/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 139.604,30	R$ 0,00	Cancelado
83	Mercês	MG	11/05/2011	02/02/2012	30/07/2012	0	30/07/2012	R$ 112.236,00	R$ 0,00	Andamento
84	Santo Antônio do Aventureiro	MG	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
85	Bom Jardim de Minas	MG	30/12/2014	06/08/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 68.307,37	R$ 0,00	Andamento
86	Rodeiro	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 136.623,70	R$ 0,00	Cancelado
87	Vieiras	MG	29/12/2014	27/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 133.547,98	R$ 0,00	Cancelado
88	Pequeri	MG	05/01/2015	07/08/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 73.451,69	R$ 0,00	Andamento
89	Canas	SP	21/01/2015	20/07/2015	21/01/2016	0	21/01/2016	R$ 133.547,98	R$ 0,00	Cancelado
90	São João Nepomuceno	MG	29/12/2014	27/06/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 209.972,66	R$ 0,00	Cancelado
91	Lima Duarte	MG	05/01/2015	04/07/2015	30/08/2017	0	30/08/2017	R$ 139.604,30	R$ 0,00	Cancelado
92	Moteiro Lobato	SP	28/01/2015	27/07/2015	28/01/2016	0	28/01/2016	R$ 133.547,98	R$ 0,00	Cancelado
93	Paraibuna	SP	20/01/2015	19/07/2015	20/01/2016	0	20/01/2016	R$ 139.604,30	R$ 0,00	Cancelado
94	Lavrinhas	SP	21/01/2015	20/07/2015	21/01/2016	0	21/01/2016	R$ 136.623,70	R$ 0,00	Cancelado
95	Bananal	SP	12/01/2015	11/07/2015	12/01/2016	0	12/01/2016	R$ 139.604,30	R$ 0,00	Cancelado
96	Itatiaia		-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
97	Guaratinguetá		20/01/2015	19/07/2015	21/01/2016	0	21/01/2016	509.603.39	R$ 0,00	Cancelado
98	Sumidouro		29/12/2014	27/06/2015	29/03/2016	0	29/03/2016	R$ 145.703,01	R$ 0,00	Cancelado
99	Cardodo Moreira	RJ	11/11/2014	10/05/2015	11/02/2016	0	11/02/2016	R$ 145.703,01	R$ 0,00	Cancelado
100	Varre-Sai	RJ	31/12/2014	29/06/2015	30/03/2016	0	30/03/2016	R$ 142.723,21	R$ 0,00	Cancelado

101	São José do Vale do Rio Preto	RJ	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
102	Sapucaia	RJ	26/11/2014	22/05/2015	26/03/2016	0	26/09/2015	R$ 145.703,01	R$ 0,00	Andamento
103	Descoberto	MG	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
104	Rio das Flores	RJ	20/08/2014	16/02/2015	20/09/25015	0	20/09/2015	R$ 142.723,21	R$ 0,00	Cancelado
105	Areal	RJ	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
106	Comendador Levy Gasparian	RJ	25/08/2014	21/02/2015	25/09/2015	0	25/09/2015	R$ 142.723,21	R$ 0,00	Cancelado
107	Aperibé	RJ	31/12/2014	29/06/2015	30/03/2016	0	30/03/2016	R$ 145.703,01	R$ 0,00	Cancelado
108	Paraíba do Sul	RJ	21/10/2014	19/04/2015	21/09/2015	0	21/09/2015	R$ 228.448,60	R$ 0,00	Cancelado
109	Itaperuna	RJ	15/09/2014	14/03/2015	15/12/2015	0	15/12/2015	R$ 444.868,61	R$ 0,00	Cancelado
110	Teresópolis	RJ	19/12/2014	17/06/2015	01/03/2016	0	01/03/2016	R$ 510.148,44	R$ 229.566,79	Andamento
111	Macaé	RJ	-	-	-	0	-	R$ 0,00	R$ 0,00	Cancelado
112	Piquete	SP	21/01/2015	20/07/2015	21/01/2016	0	21/01/2016	R$ 139.604,30	R$ 0,00	Andamento
							TOTAIS	R$ 11.790.237,93	R$ 239.631,94	

Atualmente 21 projetos estão em andamento, 86 projetos estão cancelados, 02 projetos estão suspensos por determinação judicial e 3 projetos foram cancelados porque os municípios conseguiram outra fonte de financiamento para o mesmo objeto.

O valor total comprometido para os projetos em andamento é de R$ 11.790.237,93 (onze milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos).

Em 2015, já houve o desembolso de R$ 239.631,94 (duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos).

No caso do PMGIRS, devido ao grande número de cancelamentos ocorridos, e por esta se tratar de uma ação dentre as ações prioritárias do Comitê CEIVAP, será dada uma outra oportunidade aos municípios que tiveram seus

contratos cancelados por descumprimento de prazo contratual, para obterem recursos para a execução dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Nesta nova oportunidade a contratação será realizada diretamente pela AGEVAP, serão selecionados grupos de municípios para cada licitação, que ocorrerá de acordo com o calendário de licitações da AGEVAP. O acompanhamento dos contratos ocorrerá em parceria entre o município contemplado e a AGEVAP.

Diante do exposto, dentro do programa **2.1.3 Coleta e disposição de resíduos sólidos urbanos,** até o final do ano de 2015, está comprometida, com projetos, a quantia de R$ 22.735.497,00 (vinte e dois milhões, setecentos e trinta e cinco e quatrocentos e noventa e sete mil reais).

Do subcomponente 2.2 – Drenagem Urbana e Controle de Cheias

Este subcomponente, foi dividido em 4 programas, quais sejam: 2.2.1 Monitoramento hidrológico quali-quantitativo e sistemas de previsão e alerta de Cheias, 2.2.3 Controle de erosão em áreas urbanas, 2.2.4 Plano Diretores de Drenagem Urbana e 2.2.5 Intervenções para controle de inundações.

Nos programas **2.2.1 Monitoramento hidrológico quali-quantitativo e sistemas de previsão e alerta de Cheias**, **2.2.4 Plano Diretores de Drenagem Urbana e 2.2.5 Intervenções para controle de inundações,** no ano de 2015, não foram previstas ações para desenvolvimento dentro destes programas.

Quanto ao programa **2.2.3 Controle de erosão em áreas urbanas,** existem dois projetos iniciados antes do ano de 2015.

Um denominado "**Controle de Erosão do Ribeirão São Gonçalo**" que se refere à Execução de Projeto Piloto de Controle de Erosão do Ribeirão São Gonçalo no município de Guaratinguetá São – SP. Este projeto foi concluído antes do ano de 2015.

Inicialmente sua contratação foi realizada pelo agente técnico financeiro CAIXA, mas devido à problemas de comprovação da execução do objeto não foi possível realizar o pagamento dentro do período contratual, o que gerou

seu cancelamento do contrato e a devolução dos valores repassados à época.

O CEIVAP, em 20 de maio de 2014, através da Deliberação nº 216/2014, reconhece que as obras realizadas pela prefeitura municipal de Guaratinguetá foram concluídas como metas com funcionalidade e imediato benefício, conforme medição e validação da CAIXA.

Assim em 28 de maio de 2015, foi celebrado um convênio entre o município de Guaratinguetá e a AGEVAP, para repasse dos valores devidos para este projeto.

O valor total repassado dói de R$ 417.071,17 (quatrocentos e dezessete mil e setenta e uma reais e dezessete centavos).

O outro projeto é o denominado "**Regularização Fundiária**" que se refere ao desenvolvimento do Projeto Piloto de Regularização Fundiária Sustentável de Áreas Urbanas Situadas nas Margens do Rio Paraíba do Sul, no trecho do município de Barra Mansa/RJ. Este projeto também foi concluído antes do ano de 2015.

A contratação deste projeto foi realizada diretamente pela AGEVAP e o tomador do contrato foi a COHIDRO – Consultoria Estudos Projetos.

Com este projeto foi realizado o desembolso da quantia de R$ 271.361,12 (duzentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta e um reais e doze centavos).

Assim, para o Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental foram previstos um total de 242 projetos, dos quais 75 estão concluídos, 108 foram cancelados e 54 estão em andamento (Gráfico 4).

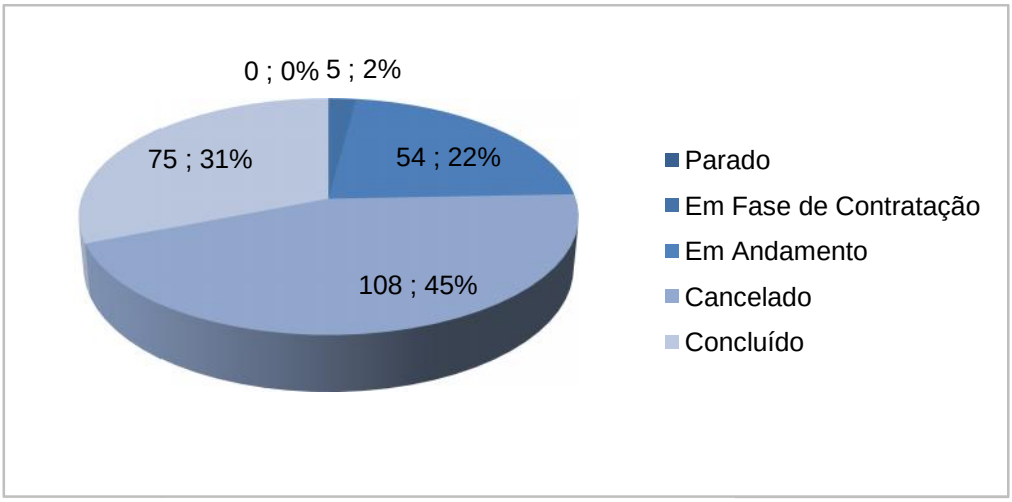

Gráfico 4. Status das ações inseridas no Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental

Analisando o Valor Total Previsto para este componente, temos que 62,93% do recurso já encontra-se comprometido com projetos distribuídos na maioria dos seus subcomponentes, conforme representado no Gráfico 5.

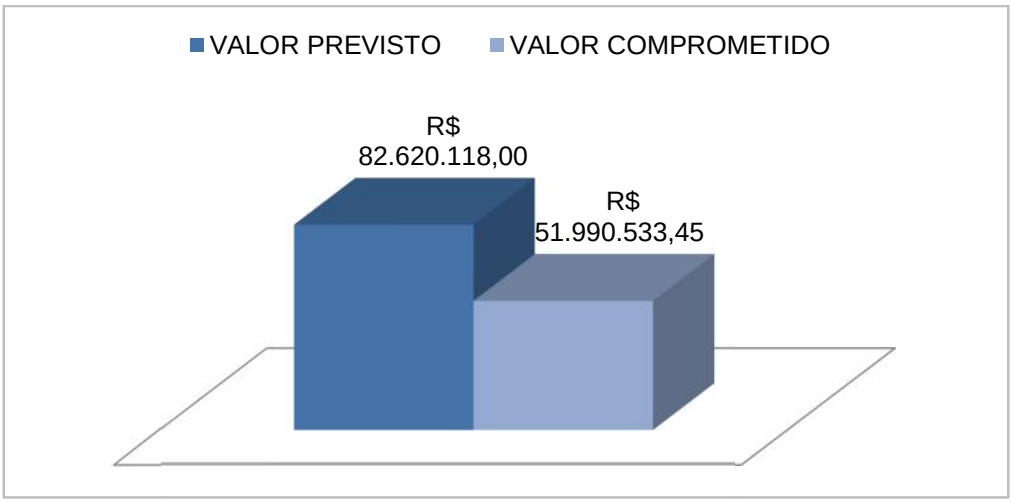

Gráfico 5. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental

O total de recursos desembolsados neste Componente é de R$ R$ 20.849.932,10, correspondente á 40,10% do valor comprometido. Esta relação pode ser visualizada no Gráfico 6.

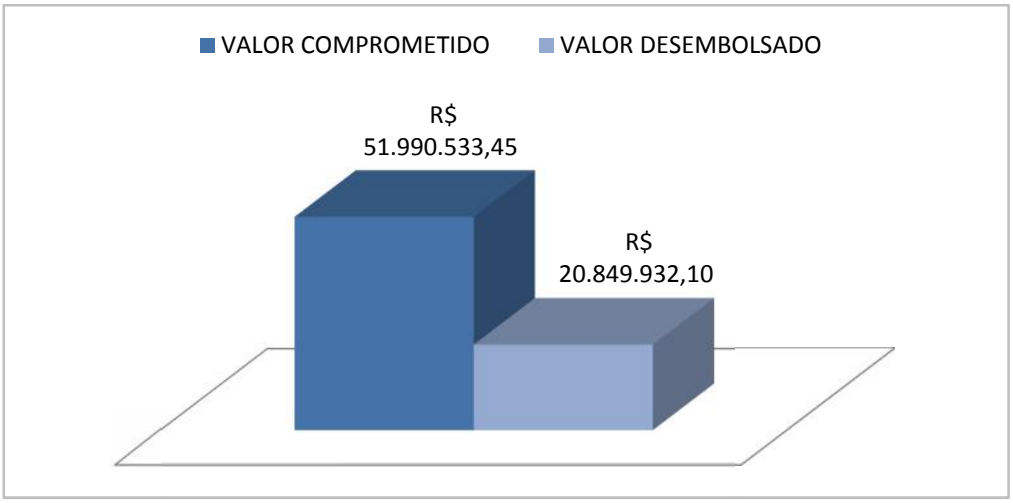

Gráfico 6. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 2. Recuperação da Qualidade Ambiental

Observa-se que o Componente Recuperação da Qualidade Ambiental é o que dispõe de maior recurso financeiro, pois este concentra as ações prioritárias do PAP. Verifica-se que neste componente concentra-se, também, a maior quantidade de projetos desenvolvidos pela Agência.

Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos

O valor total previsto para o componente supracitado conforme PAP 2013-2016 é de R$ 13.991.865,00 (treze milhões, novecentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).

O recurso foi aportado no subcomponente denominado 3.2 Plano de Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo. O valor destinado à este subcomponente é R$ 13.991.865,00 (treze milhões, novecentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).

Do subcomponente 3.2 - Plano de Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo.

Este subcomponente, foi dividido em 3 programas, quais sejam: 3.2.1 Geração de Mapas Cartográficos e Temáticos, 3.2.2 Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente e 3.2.5 Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra.

No programa 3.2.1 Geração de mapas cartográficos e temáticos, foram previstas 3 ações: 1. Finalização do Plano de Manejo da Área de Proteção

Ambiental da Serra da Mantiqueira, 2. Desenvolvimento e implantação Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e 3.Ano II - Implantação Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, restando parte do valor do programa disponível para implantação de novas ações.

O total de recursos previsto para este programa é de R$ 2.788.072,00 (dois milhões setecentos e oitenta e oito mil e setenta e dois centavos).

A ação 1. Finalização do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira compromete o valor de R$ 425.842,59 (quatrocentos e vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Os esforços para concretização desta ação tiveram origem na assinatura do Termo de Reciprocidade nº 06/2014 celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e a AGEVAP, em 08 de dezembro de 2014.

O supracitado termo tem validade de 2 anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial (Publicado D. O. em 10/12/14).

De uma forma geral, a AGEVAP assumiu a responsabilidade de disponibilizar o recurso, contratar e acompanhar a execução do trabalho desenvolvido por empresa especializada.

Assim, em 14 de setembro de 2015, a AGEVAP lançou o Ato convocatório nº 77/2015, para contratação de serviços de consultoria para identificação e priorização de ações de conservação e recuperação dos recursos hídricos, através da elaboração do Plano de Manejo e implantação do sistema online de visualização e consulta dos dados espaciais da área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira.

A previsão de conclusão do referido processo licitatório é em janeiro de 2016.

A Ação 2. Desenvolvimento e implantação Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

atribuiu a AGEVAP a responsabilidade de elaborar o Termo de Referência para contratação do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul sobre Recursos Hídricos - SIGA – CEIVAP, contratar e acompanhar a implantação do referido sistema.

Desta forma, em 26 de setembro de 2014, foi lançado o Ato Convocatório nº 14/2014 cujo objeto é Seleção de fornecedores para contratação de empresa especializada para implantar o SIGA – CEIVAP Sistema de informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul sobre Recursos Hídricos.

Em 17 de dezembro de 2014, foi publicado o resultado do Ato Convocatório nº 14/2014, e a empresa que se sagrou vencedora foi a K2 Sistemas e Projetos Ltda.

O contrato de prestação destes serviços foi celebrado em 19 de janeiro de 2015 e tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. O valor contratado é de R$ 1.107.876,36 (um milhão cento e sete mil oitocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos).

O cronograma de trabalho desenvolvido contempla 12 produtos, dos quais 10 já foram entregues a aprovados, resultando no desembolso do valor de R$ 774.008,61 (setecentos e setenta e quatro mil e oito reais e sessenta e um centavos).

Devido à complexidade do sistema em desenvolvimento, tornou-se necessário o aditamento do contrato para a inclusão de atividades fundamentais aos objetivos do sistema SIGA que foram surgindo de acordo com o desenvolvimento do sistema.

Assim, em 17 de julho de 2015, foi assinado um aditivo ao contrato celebrado, incluindo atividades a ajustando o valor deste, resultado em um acréscimo de R$ 239.472,00 (duzentos e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e dois reais), sendo que deste valor R$ 8.680,41 (oito mil seiscentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) serão de responsabilidade do comitê CEIVAP, e o valor de R$ 230.472,00 será de responsabilidade do comitê GUANDU.

Com este aditivo o valor total do contrato passou á ser de R$ 1.347.038,80 (um milhão trezentos e quarenta e sete mil e trinta e oito reais e oitenta centavos, sendo que R$ 1.116.566,80 (um milhão cento e dezesseis mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) é o total que será aportado pelo CEIVAP.

A Ação 3. Ano II - Implantação Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, será um desdobramento da Ação 2, pois já se detectou a necessidade de aprimoramento do conceito inicial do sistema, para que este atinja os objetivos esperados.

Para esta ação está comprometido o valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Dentro deste programa, o valor de R$ 804.570,24 (oitocentos e quatro mil quinhentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), ainda está disponível para o desenvolvimento de novas ações.

Para os programas **2.2 Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente e 3.2.5 Incentivo à sustentabilidade no uso da terra** o CEIVAP desenvolveu seu Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em recursos Hídricos - PSA, que tem como objetivo a conservação e restauração dos serviços ecossistêmicos que contribuam para a manutenção da qualidade e regulação da disponibilidade dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

O valor total comprometido para este programa é de R$ 9.353.999,32 (nove milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos).

Através do Edital 04/2014, que objetiva selecionar, através de inscrição de proposta, projetos que contemplem ações de restauração e conservação florestal, conforme definições do Programa de Pagamento por Serviço Ambiental com foco em Recursos Hídricos – PSA Hídrico do CEIVAP, os municípios inseridos integral ou parcialmente na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e Instituições Executoras que possuam parceria com esses municípios, puderam se inscrever para participar do projeto.

Ao final do prazo de habilitação obtivemos seis propostas hierarquizadas em primeiro lugar. Como ainda havia disponibilidade de recurso, foi possível também contemplar todas as 3 propostas hierarquizadas em segundo lugar.

Desta maneira estão em andamento nove projetos de PSA. Na Tabela 6 é apresentado um quadro resumo do andamento por projeto:

Tabela 6. Quadro resumo do andamento dos projetos dos Programas 2.2 Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente e 3.2.5 Incentivo à sustentabilidade no uso da terra

			Área do PSA (ha)								
	Instituição Executora	Municípios Contemplados	Restauração	Conservação	Total (ha)	CEIVAP (R$)	CBH (R$)	Data Assinatura Contrato	Data de Vigência	Status	Desembolso CEIVAP
1	Prefeitura Municipal de São José dos Campos /SP	São José dos Campos - SP	52,18	7,82	60	R$ 1.302.552,56	R$ 0,00	13/3/2015	13/3/2017	Em andamento	R$ 0,00
2	Prefeitura Municipal de Italva-RJ	Italva - RJ	10	50	60	R$ 245.605,30	R$ 0,00	8/4/2015	8/4/2017	Em andamento	R$ 0,00
3	Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Município de Astolfo Dutra -ACOMAD	Rio Pomba - MG Muriaé - MG São Sebastião da Vargem Alegre - MG	68	109	177	R$ 1.400.126,32	R$ 0,00	8/4/2015	31/8/2017	Em andamento	R$ 81.720,79
4	Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH	Petrópolis - RJ	30	30	60	R$ 1.149.684,89	R$ 0,00	21/7/2015	31/8/2017	Em andamento	R$ 10.735,54
5	Crescente fértil - projetos de meio ambiente, cultura e de comunicação	Resende - RJ	20	40	60	R$ 1.239.118,00	R$ 0,00	16/7/2015	31/8/2017	Em andamento	R$ 33.342,43
6	Instituto Nacional de Tecnologia Sustentável - INNATUS	Areal - RJ Paraíba do Sul - RJ Paty do Alferes - RJ	30	30	60	R$ 1.000.000,00	R$ 200.000,00	30/7/2015	31/8/2017	Em andamento	R$ 15.305,45
7	Azevedo Consultoria Ambiental e Energética.	Barra Mansa - Rj	30	30	60	R$ 1.000.000,00	R$ 200.000,00	16/11/2015	16/11/2017	Em andamento	R$ 0,00
8	Ecoanzol	Carapebus - RJ	30	30	60	R$ 1.016.914,00	R$ 200.000,00	1/6/2015	31/8/2017	Em andamento	R$ 41.774,15
9	Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente	Guaratinguetá - SP	38,17	0	38	R$ 999.998,28	R$ 0,00	15/7/2015	31/8/2017	Em andamento	R$ 78.942,82
		TOTAIS	**308,35**	**326,82**	**635,2**	**R$ 9.353.999,35**	**R$ 600.000,00**				**R$ 261.821,18**

Paralelamente ao lançamento do edital de seleção dos projetos para Programa de Pagamento por Serviço Ambiental com foco em Recursos Hídricos – PSA Hídrico do CEIVAP, a AGEVAP, em 06 de agosto de 2015, lançou o Ato convocatório nº 23/2015, para contratação de Consultoria Especializada para acompanhamento e vistoria, análise técnica dos Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em Recursos Hídrico – PSA Hídrico.

No primeiro resultado do julgamento das propostas apresentadas nenhuma das empresas participantes logrou êxito, sendoo certame remarcado para o dia 07 de janeiro de 2016.

Ainda no programa 2.2 Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente, há um projeto denominado “Projeto de Recuperação da Mata Ciliar do Rio Paraíba do Sul - Etapa 2 (Manutenção)”, desenvolvido no município de Volta Redonda /RJ.

Para o desenvolvimento deste projeto a AGEVAP e o município de Volta Redonda/RJ celebraram, em 09 de dezembro de 2013, um termo de Cooperação Técnica para realização conjunta de atividades vinculadas à recuperação da mata ciliar do Rio Paraíba do Sul.

Com vigência de 40 meses contados da data de assinatura, dentre as responsabilidades atribuídas a cada partícipe neste termo, destaca-se a responsabilidade da Prefeitura de Volta Redonda em realizar o devido processo licitatório de contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento das atividades de manutenção.

Assim, através da Tomada de Preços nº042/2014 OSE realizada pela prefeitura de Volta Redonda, a empresa Biokratos Soluções Ambientais Eireli – ME sagrou-se vencedora.

Em 13 de agosto de 2014 foi assinado o contrato, o valor total dos serviços é de R$ 236.012,79 (duzentos e trinta e seis mil e doze reais e setenta e nove centavos).

A autorização de início dos serviços foi concedida em 03 de outubro de 2014, sendo o primeiro produto entregue em agosto de 2015 gerando um desembolso de R$ 28.237,25 (vinte e oito mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Assim, para o componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos, foram previstos um total de seis projetos, dos quais 3 estão em andamento, 2 em fase de contratação e 1 parado/comprometido, aguardando o desdobramento do projetos que lhe dará continuidade (Gráfico 7).

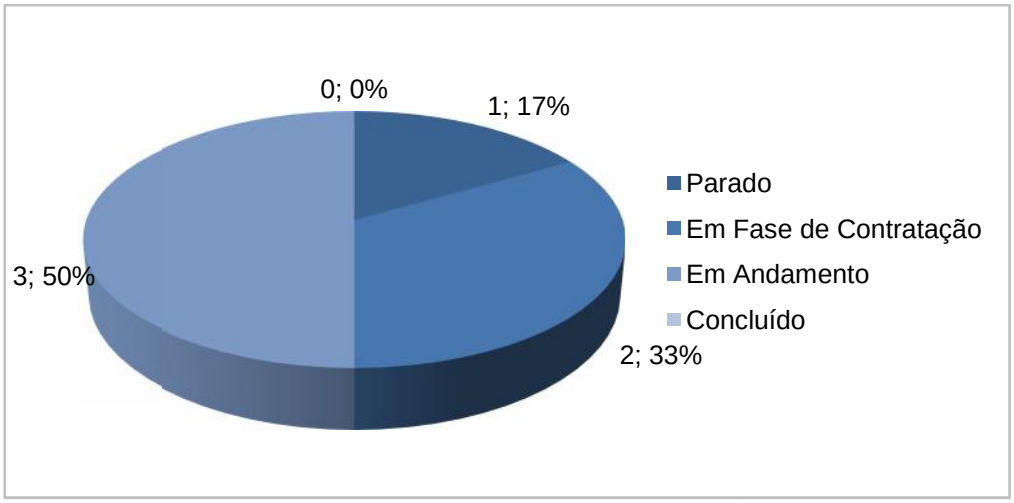

Gráfico 7. Status das ações inseridas no Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos.

Analisando o valor total previsto para este componente, temos que 90,94% do recurso já encontra-se comprometido com projetos distribuídos em todos os seus três subcomponentes (Gráfico 8).

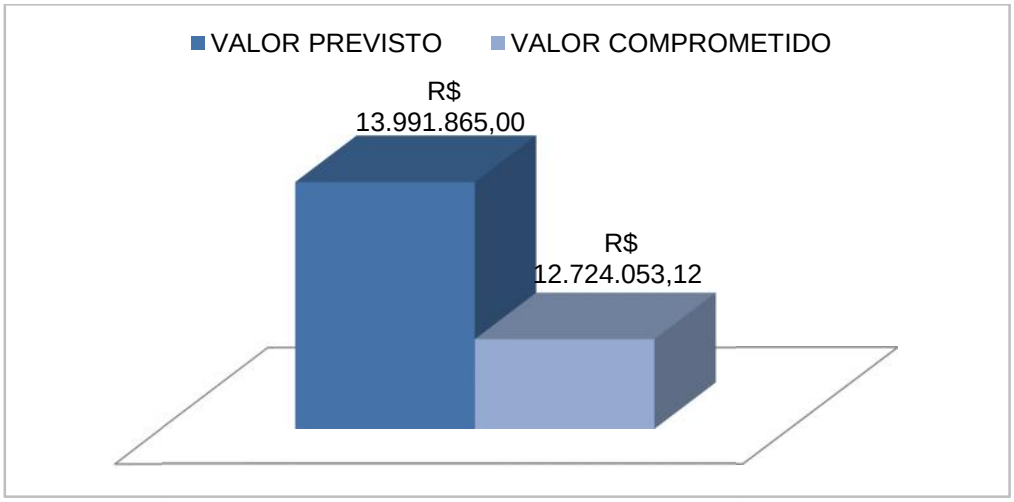

Gráfico 8. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos

O total de recursos desembolsados neste componente é de R$ 1.064.067,04 (um milhão, sessenta e quatro mil sessenta e sete reais e quatro centavos), todo este desembolso ocorreu no ano de 2015.

No Gráfico 9 é apresentada a relação entre valor comprometido e valor desembolsado.

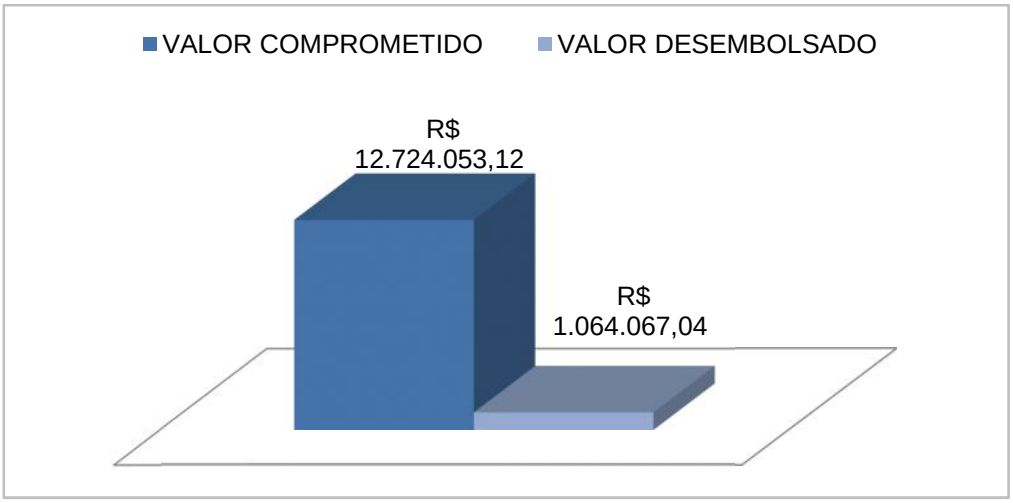

Gráfico 9. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 3. Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos

Fazendo uma análise geral do Componente Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos, assim como no componente RQA, apesar de ainda ter ocorrido um pequeno percentual de desembolsos até o ano de 2015, já houve o comprometimento quase que total do valor previsto no PAP para este componente com projetos que tiveram andamento efetivo no ano de 2015.

Insta salientar, que neste componente do valor comprometido o percentual de 84,14% já está efetivamente contratado, o que representa a quantia de R$ 10.706.578,94 (dez milhões, setecentos e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) contratado.

4. Do Atendimento às Demandas do CEIVAP

Quando da alocação de recurso no PAP 2013/2016 do CEIVAP, a Deliberação nº199/2012 previu que recursos provenientes de cancelamentos de contratos e saldos remanescentes do Edital CEIVAP nº 001/2012 seriam utilizados para contratações realizadas diretamente pela AGEVAP. Então foi criado o componente denominado Demandas CEIVAP.

O valor total previsto para o componente supracitado é de R$ 21.531.600,00 (vinte e um milhões quinhentos e trinta e um mil e seiscentos reais).

Ele está dividido em 9 programas que são:

- **Avaliação da Cobrança** – cujo objeto é a avaliação da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia pelos usuários.

O valor previsto para este programa é de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

No desenvolvimento do Termo de Referência para o Ato convocatório nº 17/2015, que contratou empresa responsável pela elaboração do Plano de Comunicação do CEIVAP (Ação 2, programa 1.3.1 do PAP), por serem assuntos relacionados, restou previsto como um dos produtos a serem entregues pela empresa, a avaliação da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia pelos usuários.

Assim esta ação está em desenvolvimento pela empresa ExLibris Ltda. EPP no mesmo contrato celebrado em 26 de agosto de 2015, para Ação 2, programa 1.3.1 do PAP.

Logo, o valor de R$ 40.000,00(quarenta mil reais) encontra-se disponível para novas ações ou projetos.

- Plano de Bacia – cujo objeto é a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Este programa foi contratado no período anterior à resolução do PAP e comprometeu inicialmenteo valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil).

Através da deliberação CEIVAP nº 171/2011, o comitê decidiu aportar recursos financeiros para contratação de consultoria para o desenvolvimentodo Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba Do Sul edos Planos de Ação de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes.

Assim, através do Ato Convocatório 016/2012, a empresa Cohidro Consultoria, Estudos e Projetos Ltda, sagrou-se vencedora do certame.

O contrato de prestação deste serviço foi celebrado em 26 de novembro de 2012 e atualmente tem vigência até 10 de dezembro de 2016. O valor contratado é de 3.496.921,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte e um reais).

Já houve quatro aditivos a este contrato, o primeiro que alterou a forma de

pagamento, e os outros três, que prorrogaram a vigência.

O cronograma de trabalho desenvolvido contempla 27 produtos, desses 6 produtos já foram entregues e aprovados, que resultaram no desembolso de R$ 1.103.531,41 (um milhão, cento e três mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos).

Do valor total desembolsado, R$ 54.455,11 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos) foram desembolsados no ano de 2015.

- **Acompanhamento de demandas induzidas** - cujo objeto é o apoio especializado para o acompanhamento de demandas induzidas

O valor previsto para este programa é de R$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais).

O valor de R$ 90.220,00 (noventa mil duzentos e vinte reais) estava comprometido com o projeto denominado “Acompanhamento do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul” em andamento anterior ao PAP e concluído antes do ano de 2015.

Assim, neste programa, o valor de R$ 619.780,00 (seiscentos e dezenove mil setecentos e oitenta reais) encontra-se disponível para alocação em novas ações.

- **Avaliação Ambiental Integrada** - cujo objeto é o estudo de avaliação Ambiental Integrada das bacias dos Rios Muriaé, Pomba, Piabanha e Paraibuna e afluentes do Rio Paraíba do Sul.

Este programa foi contratado no período anterior à resolução do PAP. O valor total comprometido para este contrato é de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). Deste valor, R$ 2.510.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), estão previstos no PAP, pois a diferença de valor deste contrato foi paga antes da elaboração do PAP.

Devido a grande complexidade dos serviços deste contrato, já ocorreram 10 prorrogações em sua vigência, e o prazo atual de encerramento é em 9 de maio de 2016.

O cronograma de trabalho desenvolvido contempla 7 produtos, já foram entregues e aprovados 4 destes produtos, que resultaram no desembolso do valor de R$

2.660.000,00 (dois milhões seiscentos e sessenta mil reais).

- Projeto Executivo de Barragem – cujo objeto é a elaboração de Projeto Executivo de Barragem do Rio Pomba e Rio Preto

O valor previsto para este programa é de R$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais).

O termo de referência foi elaborado pela AGEVAP e está sob aprovação do órgão gestor do Estado do Rio de Janeiro o Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

Remediação de Lixões – cujo objeto é a elaboração de projeto para remediação de lixões para municípios fluminenses.

O valor previsto e atualmente comprometido para este programa é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Este programa está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria do Ambiente - SEA do estado do Rio de Janeiro.

Para a concretização deste, está em elaboração um Termo de Referência, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para “Elaborar Projeto Básico de remediação de Vazadouros dos Municípios de Areal, Paraíba do Sul e Comendador Levy Gaspariam, no Estado do Rio de Janeiro.

A previsão de conclusão do termo de referência é para o primeiro semestre do ano de 2016.

- Novas Transposições - cujo objeto é o desenvolvimento de estudos com o objetivo de avaliar os impactos das novas transposições de vazão na Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Este programa comprometeu o valor de R$ 661.000,00 (seiscentos e sessenta e um mil reais), foi contratado antes da formulação do PAP e concluído antes do ano de 2015.

Os programas: **SES Núcleos Rurais** - cujo objeto era a implantação de sistemas de esgotamento sanitário em núcleos habitacionais rurais na porção Fluminense da bacia do rio Paraíba do Sul e o **Estudo Morfológico** – cujo objeto era o estudo morfológico do Alto Rio Paraíba do Sul, que comprometiam as quantias de,

respectivamente, R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R$ 3.521.600,00 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil e seiscentos reais), de acordo com as deliberações CEIVAP nº 225/2015 e 226/2015, foram remanejados para a criação do subcomponente: Ações Emergenciais – Estresse Hídrico da bacia do Rio Paraíba do Sul.

- Ações Emergenciais - Estresse Hídrico da bacia do Rio Paraíba do Sul.

Este programa foi criado considerando a grave situação de estresse hídrico que a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul está vivenciando desde abril de 2014 e considerando as vistorias realizadas pelos técnicos da Agencia Nacional das Águas – ANA, representantes do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA, do Departamento de Água e Energia do estado de São Paulo – DAEE, do CEIVAP e da AGEVAP, em novembro de 2014, que verificaram que alguns municípios tiveram a capacidade dos sistemas de captação de água comprometida drasticamente em função da redução da vazão defluente dos reservatórios.

Para compor o valor total do investimento previsto para este novo Subcomponente, além do remanejamentodos dois valores supracitados, foi remanejado também o valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do Programa: “Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos”, Subcomponente 2.1 Redução de Cargas Poluidoras, do Componente Recuperação da Qualidade Ambiental.

Ainda, para compor o valor total do investimento previsto para este Subcomponente, o comitê Guandu, através da Resolução nº 114, de 12 de fevereiro de 2015, antecipará o repasse de recursos referentes aos 15% da cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica do Rio Guandu em virtude da transposição das águas do Paraíba do Sul, conforme preconiza a Lei Estadual nº 4.247/2013, referente aos anos de 2017 à 2019, o que representa um valor de R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

Assim o valor total previsto para este subcomponente é de R$ 17.021.600,00 (dezessete milhões vinte e um mil e seiscentos reais).

Conforme o anexo 1 da deliberação CEIVAP nº 226/2015, os municípios selecionados para receberem as obras foram: no estado do Rio de Janeiro, Barra do Piraí, Vassouras, Sapucaia, São Fidélis, São João da Barra, Volta Redonda, Barra Mansa e Três Rios, já do estado de São Paulo, Guararema, São José dos Campos, Tremembé, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Aparecida, Natividade e

Jacareí.

Para realização das Obras nos municípios de Barra do Piraí, Vassouras, Sapucaia, São Fidélis e São João da Barra, em 15 de maio de 2015, foi assinado o convênio entre a AGEVAP e a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro – CEDAE.

O valor total do Convênio é de R$ 6.336.705,79 (seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e cinco reais e setenta e nove centavos).

A vigência inicial encerrava-se em 11 de novembro de 2015, após o primeiro aditivo, ela foi prorrogada para 29 de dezembro de 2015.

Apesar de alguns atrasos no cronograma, a previsão de término dos trabalhos está mantida para dezembro de 2015.

Com relação às obras no município de São João da Barra, por existir uma pendência judicial sobre a concessão dos serviços de água no município, a AGEVAP, através da carta nº1428/2015, de 29 de outubro de 2015, considerando a urgência no atendimento à demanda da população local que corre sérios riscos de ficar sem o abastecimento de água e, conforme determinado em decisão da plenária do CEIVAP em sua 2ª reunião ordinária ocorrida no dia 25 de agosto, assume a execução das obras emergenciais previstas para este município.

Nesta carta, reconhecendo a complexidade da geologia local e a expertise da CEDAE, a AGEVAP solicitou a colaboração dessa instituição no sentido de disponibilizar todos os estudos e auxílio técnico, e caso necessário, já realizados para a concretização das obras a serem realizadas no município de São João da Barra.

Em novembro de 2015, a CEDAE remeteu todo o estudo solicitado pela AGEVAP, atualmente, este está sob a análise da AGEVAP e a previsão de execução das obras no município é para o primeiro semestre de 2016.

No município de Volta Redonda, o formato para a realização das obras, inicialmente seria através de um convênio entre o município e a AGEVAP.

O valor previsto para esta ação era de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

O convênio foi celebrado em 25 de março de 2015, teve vigência até 21 de novembro de 2015.

Paralelo a celebração do convênio com o município de Volta Redonda, a AGEVAP havia ficado responsável pelas obras dos municípios de Três Rios/RJ, Barra Mansa/RJ e Aparecida/SP.

Para a concretização destas ações foram desenvolvidos dois Termos de Referência, um para a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de conjunto de motobombas e equipamentos para captação flutuante, e outro para contratação de empresa especializada para instalação do conjunto de motobombas e equipamentos para captação flutuante na calha do rio Paraíba do Sul.

Devido à similaridade dos produtos a serem adquiridos e dos serviços a serem contratados, como os Termos de Referência produzidos pela equipe AGEVAP, já estavam adiantados, e face à urgência que a situação de escassez hídrica exigia, ficou decidido, em comum acordo entre o município de Volta Redonda e a AGEVAP, que a contratação da empresa para o fornecimento da motobomba e para a instalação desta no município de Volta Redonda, seria realizada pela AGEVAP, nos mesmos Atos Convocatórios lançados para os outros três municípios.

O município de Volta Redonda já havia adquirido parte dos equipamentos necessários à execução das obras no município, então através do convênio celebrado foi realizado o repasse no valor de R$ 72.707,70 (setenta e dois mil setecentos e sete reais e setenta centavos).

Em 17 de abril de 2015, a AGEVAP lançou o Ato Convocatório nº10/2015, que visava a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de conjunto de motobombas e equipamentos para captação flutuante nos quatro municípios supracitados.

Em 05 de maio de 2015, sagraram-se vencedoras deste certame duas empresas, a Higra Industrial Ltda que fornecerá os conjuntos de motobombas flutuantes descritos nos itens 2 e 3 do Termo de Referência deste Edital, no valor total de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) e a empresa Imbil Service Ltda que fornecerá os conjuntos de motobombas flutuantes descritos nos itens 1 e 4 do Termo de Referência deste Edital, no valor total de R$1.480.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta mil reais).

Desta forma foi celebrado, em 12 de maio de 2015, o contrato com a empresa Higra Industrial Ltda,para entrega dos dois conjuntos de motobombas flutuantes, em 45 dias da assinatura do contrato, nos municípios de Barra Mansa/RJ e Três Rios/RJ, em 08 de maio de 2015, o contrato com a empresa Imbil Service Ltda,para entrega dos dois conjuntos de motobombas flutuantes, em 45 dias da assinatura do contrato, nos municípios de Volta Redonda/RJ e Aparecida/SP.

A entrega das motobombas nos municípios de Três Rios e Barra Mansa ocorreu dentro do pactuado e foi desembolsado o valor de R$ 2.199.999,98(dois milhões cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Já a entrega nos município de Volta Redonda e Aparecida ocorreu com atrasos, o que gerou a cobrança da multa no valor de 5% do total contratado, em vista disto, o valor total desembolsado foi de R$1.406.000,00(um milhão quatrocentos e seis mil reais).

Em 20 de julho de 2015, a AGEVAP lançou o Ato Convocatório nº 20/2015, que visava a Contratação de empresa especializada para instalação do conjunto de motobombas e equipamentos para captação flutuante na calha do rio Paraíba do Sul nos municípios de Aparecida/SP, Barra Mansa/RJ, Três Rios/RJ e Volta Redonda/RJ.

Em 11 de setembro de 2015, sagraram-se vencedoras deste certame quatro empresas:a empresa Soma Empresa de Prestação de Serviços Ltda, que foi vencedora do item de Três Rios com valor de R$ 102.320,58 (cento e dois mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos), a empresa Proton Ltda, que foi vencedora dos itens de Volta Redonda com valor de R$ 89.534,00 (oitenta e nove mil quinhentos e trinta e quatro reais), e Aparecida com o valor de 249.091,00 (duzentos e quarenta e nove mil e noventa e um reais) a empresa Tecnologia e Produtos Nacionais Rio Comércio Industrias e Serviços Ltda, foi vencedora do item de Barra Mansa com valor de R$ 199.650,76 (centos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos.

Os três contratos foram assinados em 2 de outubro de 2015 e tinham vigência até 02 de dezembro de 2015.

Como houve atraso na execução das instalações, por razões distintas, tornou-se necessário realizar um aditivo aos três contratos, prorrogando a vigência destes

para 31 de janeiro de 2016.

No contrato celebrado com a empresa Proton Ltda, o aditivo além de versar sobre a prorrogação de prazo, abordou também o acréscimo de valor, já que durante execução da instalação no município de Volta Redonda, foi necessário fazer uma modificação no projeto do barrilete, que gerou um acréscimo de 24% no valor contratado. Desta forma o valor total do contrato com a Proton Ltda passou a ser R$ 419.895,00 (quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

Para realização das Obras nos municípios de Guararema, São José dos Campos, Tremembé, Pindamonhangaba e Redenção da Serra, em 01 de junho de 2015, foi assinado o convênio entre a AGEVAP e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

O valor total do Convênio é de R$ 1.931.747,00 (um milhão, novecentos e trinta e um mil e setecentos e quarenta e sete reais).

Na data da assinatura do convênio, as obras nos municípios de Guararema, São José dos Campos, Pindamonhangaba e Redenção da Serra já estavam concluídas, apenas no município de Tremembé ainda haviam atividades a serem executadas, com previsão de término para junho de 2015.

Em 24 de setembro de 2015, após a conclusão de todas as obras, a SABESP entregou na AGEVAP a prestação de contas do convênio.

Já foram repassados R$ 854.957,66 (oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), o restante do repasse do convênio está aguardando análise da prestação de contas pela equipe AGEVAP para liberação.

Para realização das Obras no município de Jacareí/SP, em 25 de março de 2015, foi assinado o convênio entre a AGEVAP a Prefeitura Municipal de Jacareí, tendo como agente executor o Serviço de Água e Esgoto de Jacareí – SAE Jacareí.

O valor total do Convênio é de R$ 872.661,04 (oitocentos e setenta e dois mil seiscentos e sessenta e um reais e quatro centavos) e a vigência era até 21/09/2015.

Em agosto de 2015, houve uma elevação do nível do rio Paraíba, o que dificultou a execução das obras civil na represa Santa Branca, assim tornou-se necessário o

aditamento do convênio para conclusão das obras em 20 de dezembro de 2015.

As obras foram concluídas em dezembro de 2015 e já foi repassado para este convênio o valor de R$ 872.014,88 (oitocentos e setenta e dois mil e quatorze reais e oitenta e oito centavos).

As obras a serem realizadas no município de Natividade da Serra/SP tem valor previsto de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e devem ser realizadas no primeiro semestre de 2016.

Em continuidade as ações emergências para atenuação do estresse hídrico da bacia do rio Paraíba do Sul, verificou-se a importância de contratar uma empresa especializada para elaboração de projeto executivo do sistema de aproveitamento da reserva técnica dos reservatórios da UHE Paraibuna, localizada na confluência dos rios Paraibuna e Paraitinga. O termo de referência, orçamento e o cronograma físico financeiro foram elaborados pelo DAAE – Departamento de Águas e Energia de São Paulo em parceria com a CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo e foram analisados pela ANA - Agência Nacional de Águas.

Estes foram adequados ao modelo de termo de referência da AGEVAP e em 18 de junho de 2015 foi lançado o Ato Convocatório nº15/2015, para contratação do serviço.

A empresa que sagrou-se vencedora foi a Saneamento Verde e o valor comprometido foi de R$ 352.181,78 (trezentos e cinquenta e dois mil cento e oitenta e um reais e setenta e oito centavos.) O contrato foi assinado em 2 de outubro de 2015 e tem vigência até 02 de janeiro de 2016.

O cronograma de trabalho desenvolvido contempla 6 produtos, já foram entregues e aprovados 4 produtos, que resultaram no desembolso de R$ 226.536,23 (duzentos e vinte e seis mil quinhentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), os trabalhos tem sido desenvolvidos dentro dos prazos do cronograma estabelecido.

Ainda dentro das ações desenvolvidas para reversão da Crise Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul, no município de Barra Mansa, as instalações elétricas no sistema Estação de Tratamento de Água – ETA Barra Mansa, não estavam preparadas para suportar o funcionamento de novos equipamentos elétricos como o conjunto de motobombas adquiridas.

Tendo em vista a redução da vazão do Rio Paraíba do Sul e a necessidade imediação de operação do conjunto de motobombas, tornou-se necessária a locação de geradores de energia até que seja concluída a adequação da rede elétrica da ETA.

Para concretização de desta ação a AGEVAP lançou em 13 de novembro de 2015 o Ato convocatório nº 34/2015, cujo objeto é a locação de grupos geradores para as captações emergências no município de Barra Mansa.

A empresa que se sagrou vencedora foi a Gerent do Brasil Ltda e o valor comprometido foi de R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais). O contrato foi assinado em 1 de dezembro de 2015 e tem vigência de 6 meses contados da entrega dos equipamentos, que deverá ocorrer ainda no mês de dezembro de 2015.

Assim, para o componente 4. Demandas do CEIVAP foram previstos um total de 23 projetos, dos quais 13 estão andamento, 2 em fase de contratação e 8 concluídos (Gráfico 10).

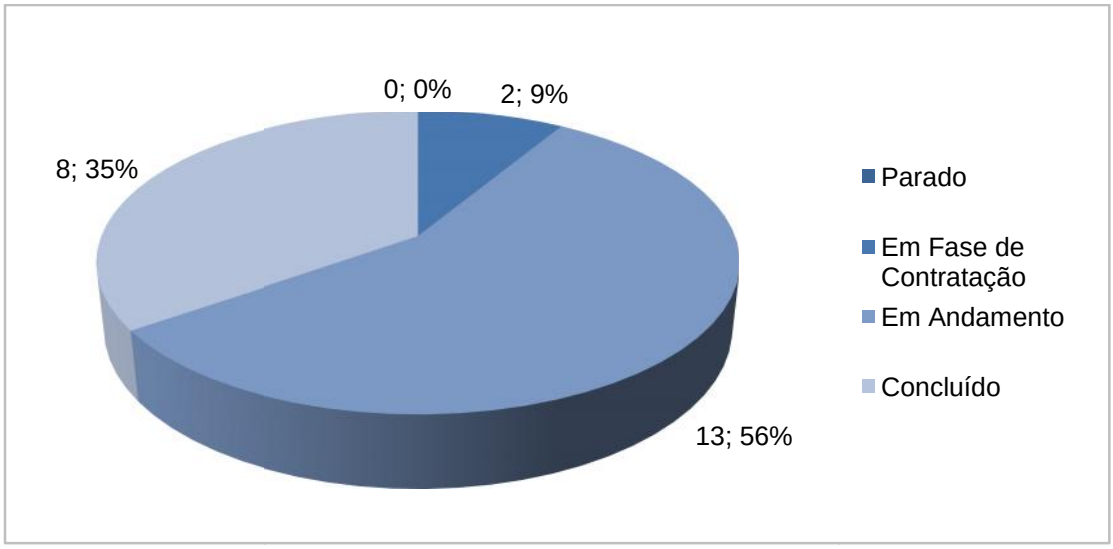

Gráfico 10. Status das ações inseridas no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP.

O valor total deste componente conforme Deliberação CEIVAP 199/2012 é de R$ R$ 21.531.600,00 (vinte e um milhões quinhentos e trinta e um mil e seiscentos reais).

Com o remanejamento do valor de R$ 17.021.600,00 (dezessete milhões vinte e um mil e seiscentos reais), conforme deliberações CEIVAP nº 225/2015 e 226/2015, e

resolução Guandu nº 114/2015, para a criação do subcomponente: Ações Emergenciais – Estresse Hídrico da bacia do Rio Paraíba do Sul o valor total disponível no componente Demandas do CEIVAP passou a ser de R$ 38.553.200,00 (trinta e oito milhões quinhentos e cinquenta e três mil e duzentos reais).

Analisando o valor total previsto para este componente, temos que 75,62% do recurso já encontra-se comprometido com projetos distribuídos em todos os seus subcomponentes (Gráfico 11).

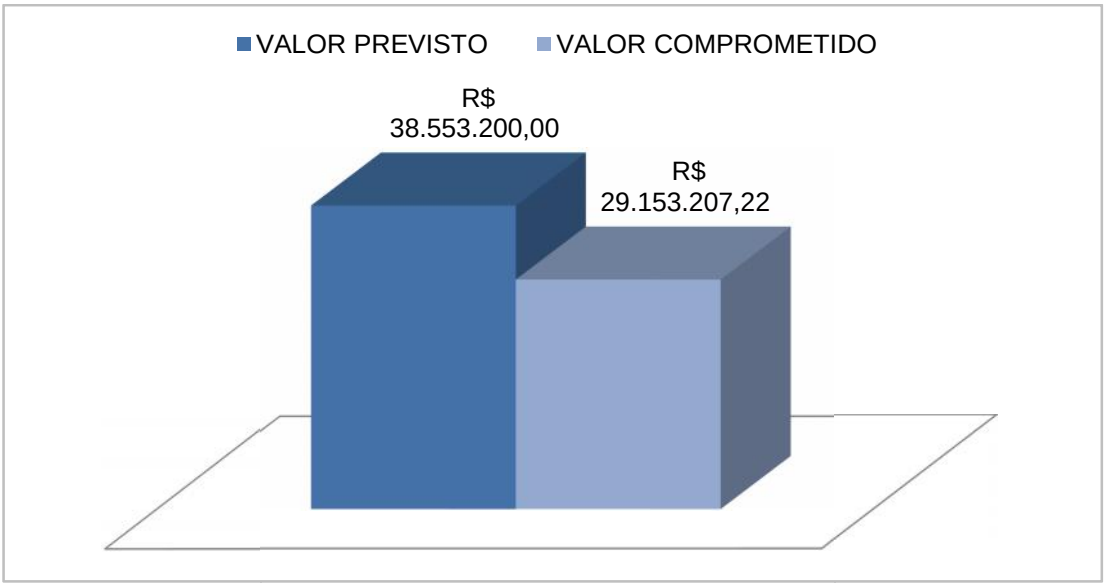

Gráfico 11. Comparativo entre valor previsto no PAP e o valor comprometido no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP.

De todo o valor comprometido, já foi desembolsado para este componente a quantia de R$ 9.405.967,88 (nove milhões quatrocentos e cinco mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos), deste total, o valor de R$ 4.945.671,58 (quatro milhões novecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos) foi desembolsado no ano de 2015, o que corresponde à 32,26% do valor comprometido.

Abaixo, o Gráfico 12 representa a relação entre comprometimento de recursos versus o desembolso realizado.

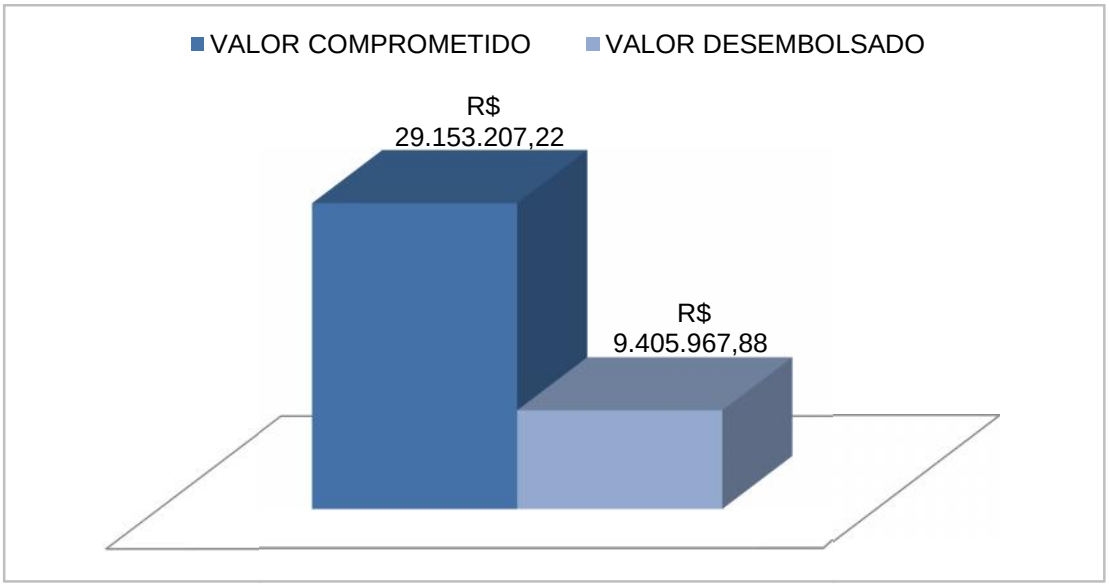

Gráfico 12. Comparativo entre valor comprometido e o valor desembolsado no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP.

No subcomponente "Ações Emergenciais – Estresse Hídrico da bacia do Rio Paraíba do Sul", cujo valor total disponível é de R$ 17.021.600,00 (dezessete milhões vinte e um mil e seiscentos reais), já temos comprometidos com ações a quantia de R$ 14.141.987,22 (quatorze milhões cento e quarenta e um mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos). No ano de 2015 foram desembolsados R$ 4.891.216,47 (quatro milhões oitocentos e noventa e um mil duzentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos) apenas neste subcomponente (Gráfico 13).

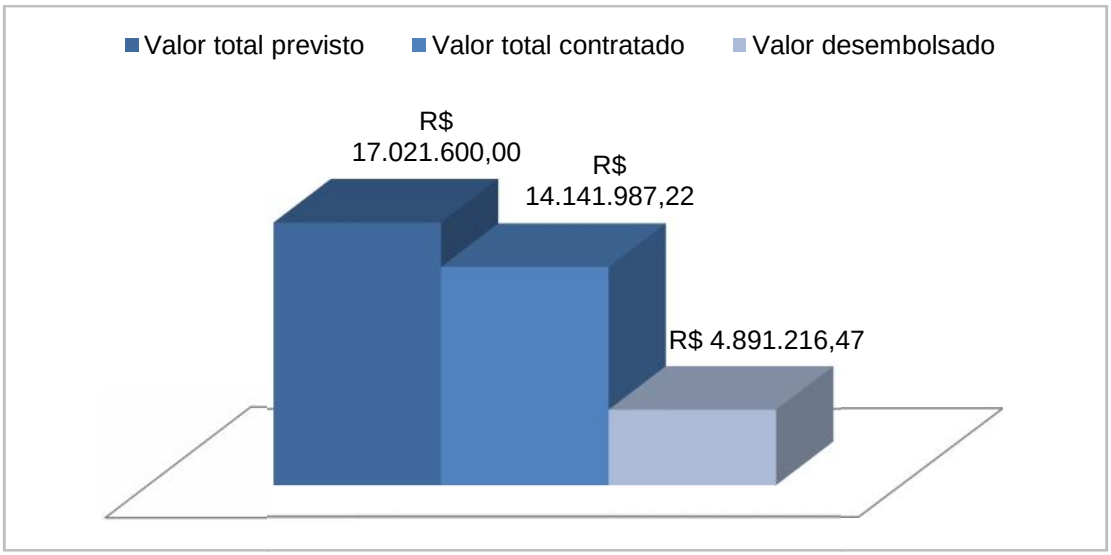

Gráfico 13. Comparativo entre valor previsto, valor comprometido e valor desembolsado no Componente 4. Atendimento às Demandas do CEIVAP

Constata-se que a crise hídrica vivenciada pela bacia do Rio Paraíba do Sul, demandou uma especial atenção do CEIVAP e da AGEVAP.

Desta forma, o ano de 2015 foi voltado para execução das ações de mitigação desta crise.

Todas as 16 ações propostas no Anexo 1 da Deliberação CEIVAP nº 226/2015, tiveram encaminhamento durante o ano de 2015 e a previsão é de que até o final do primeiro semestre de 2016 todas estarão concluídas.

Fazendo uma análise geral do Componente Atendimento às Demandas do CEIVAP este é componente teve o melhor resultado de desembolso, visto que em termos percentuais já desembolsou 24,40% de todo o valor previsto no PAP para este Componente.

Também é o Componente com maior quantidade de projetos previstos já contratados, em outras palavras, 86,96% dos projetos previstos já estão efetivamente contratados.

As Tabelas 7, 8, 9 e 10 compilam as informações apresentadas neste tópico.

Tabela 7. Compilação Componente Gerenciamento de Recursos Hídricos

PAP			VALOR PREVISTO	VALOR COMPROMETIDO	VALOR CONTRATADO	VALOR DESEMBOLSADO
Componente	Sub Componente	Programa	R$	R$	R$	R$
GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS			R$ 8.039.792,00	R$ 8.015.584,28	R$ 3.019.218,53	R$ 1.380.710,48
1.1	PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS		R$ 656.067,00	R$ -	R$ -	R$ -
1.1.4	SUBSÍDIO AO DISCIPLINAMENTO DA ATIVIDADE MINERAL		R$ 656.067,00	R$ -	R$ -	R$ -
1.2	AMPLIAÇÃO DA BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES		R$ -	R$ 1.060.408,80	R$ 1.060.408,80	R$ 1.035.385,48
1.2.2	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PILOTO DE MONITORAMENTO BIOLÓGICO NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO		R$ -	R$ 1.060.408,80	R$ 1.060.408,80	R$ 1.035.385,48
1.3	FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA		R$ 7.383.725,00	R$ 6.955.175,48	R$ 1.958.809,73	R$ 345.325,00
1.3.1	PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO QUALIFICADA		R$ 2.850.000,00	R$ 2.764.365,75	R$ 468.000,00	R$ 111.600,00
1.3.2	PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		R$ 1.594.500,00	R$ 1.594.500,00	R$ 94.500,00	R$ 94.500,00
1.3.3	PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO PARTICIPATIVA		R$ 1.200.000,00	R$ 1.200.000,00	R$ -	R$ -
1.3.4	CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA		R$ 1.739.225,00	R$ 1.396.309,73	R$ 1.396.309,73	R$ 139.225,00

Tabela 8. Compilação Componente Recuperação da Qualidade Ambiental

PAP			VALOR PREVISTO	VALOR COMPROMETIDO	VALOR CONTRATADO	VALOR DESEMBOLSADO
Componente	Sub Componente	Programa	R$	R$	R$	R$
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL			R$ 82.620.118,00	R$ 51.990.533,45	R$ 31.052.473,47	R$ 20.849.932,10
2.1	REDUÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS		R$ 74.047.223,00	R$ 51.057.436,14	R$ 30.119.376,16	R$ 20.161.499,81
	2.1.1	COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS	R$ 65.371.783,00	R$ 28.321.938,84	R$ 27.041.961,71	R$ 17.777.210,41
	2.1.3	COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	R$ 8.675.440,00	R$ 22.735.497,30	R$ 3.077.414,45	R$ 2.384.289,40
2.2	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE CHEIAS		R$ 8.572.895,00	R$ 933.097,31	R$ 933.097,31	R$ 688.432,29
	2.2.1	MONITORAMENTO HIDROLÓGICO E SISTEMA DE PREVISÃO DE ALERTA DE CHEIAS	R$ 7.629.800,00	R$ -	R$ -	R$ -
	2.2.3	CONTROLE DE EROSÃO EM ÁREAS URBANAS	R$ 1.271.361,14	R$ 933.097,31	R$ 933.097,31	R$ 688.432,29

Tabela 9. Compilação Componente Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos

PAP			VALOR PREVISTO	VALOR COMPROMETIDO	VALOR CONTRATADO
Componente	Sub Componente	Programa	R$	R$	R$
PROTEÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS			R$ 13.991.865,00	R$ 12.724.053,12	R$ 10.706.578,94
3.2	PROTEÇÃO DE MANANCIAIS E SUSTENTABILIDADE NO USO DO SOLO		R$ 13.991.865,00	R$ 12.724.053,12	R$ 10.706.578,94
	3.2.1	GERAÇÃO DE MAPAS CARTOGRÁFICOS E TEMÁTICOS	R$ 2.788.072,00	R$ 2.192.409,39	R$ 1.116.566,80
	3.2.2	RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	R$ 5.253.793,00	R$ 293.800,48	R$ 236.012,79
	3.2.5	INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE NO USO DA TERRA	R$ 5.950.000,00	R$ 10.237.843,25	R$ 9.353.999,35

Tabela 10. Compilação Componente Atendimento às Demandas CEIVAP

PAP	VALOR PREVISTO	VALOR COMPROMETIDO	VALOR CONTRATADO
Programa	R$	R$	R$
ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS CEIVAP	R$ 38.553.200,00	R$ 29.153.207,22	R$ 20.252.110,22

7. ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PAP

7.1 Comparação entre os valores arrecadados e desembolsados

Neste tópico serão apresentados os valores arrecadados referentes à cobrança federal pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul, no período de 2003 a 2015, e um comparativo com os valores desembolsados no mesmo período.

No ano de 2015 foi repassado à AGEVAP pela ANA o valor de R$11.615.633,48 (onze milhões, seiscentos e quinze mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos). Deste valor R$1.171.585,61(um milhão, cento e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos) corresponde ao valor repassado pela ANA para custear as despesas da Agência.

O rendimento financeiro no ano de 2015 foi de R$5.610.382,87 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), somando-se ao valor repassado à AGEVAP, o montante total de recursos para o ano de 2015 foi de R$17.226.016,35 (dezessete milhões, duzentos e vinte e seis mil, dezesseis reais e trinta e cinco centavos).

O desembolso realizado pela AGEVAP, no ano de 2015, foi de R$12.185.038,57 (doze milhões, cento e oitenta e cinco mil, trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), incluindo recursos destinados à projetos e custeio da Agência.

O histórico dos valores repassados à AGEVAP pela ANA, somado ao rendimento financeiro e possíveis devoluções, no período de 2003 a novembro de 2015, comparado aos valores desembolsados no mesmo período é apresentado na Tabela 11.

Tabela 11. Histórico dos recursos financeiros no período de 2003 a 2015

Estimativa da Arrecadação, Arrecadado, Repassado, Rendimentos de Aplicação Financeira, Desembolso e Saldo									
Período	Estimativa de Arrecadação/ Valor Nominal do Boleto (R$) (1)	Valor da Arrecadação (R$) (2)	Repasse à Agevap (R$) (3)	Rendimento Financeiro (R$) (4)	Estorno de Prest. Cta p/ acerto de Exercício (R$) (5)	Devoluções de Convênios e Outras Fontes (R$) (6)	Repasse + Rendimento + Devoluções (R$) (7) = (3+4+5+6)	Desembolso (R$) (8)	Eficiência de Desembolso (%) (9) = (8/7)
2003	8.664.360,10	5.904.038,14	-	-	-	-	-	-	0%
2004	10.067.367,73	6.316.321,39	6.510.640,00	95.738,60	-	-	6.606.378,60	193.135,89	3%
2005	10.515.169,45	6.456.238,78	6.202.792,73	1.105.406,57	-		7.308.199,30	1.910.525,76	26%
2006	10.809.800,84	6.728.900,87	6.558.795,50	1.435.300,41	-	-	7.994.095,91	2.975.187,39	37%
2007	8.907.179,63	6.599.710,79	7.328.669,93	1.785.598,98	-	11.825,54	9.126.094,45	6.760.941,50	74%
2008 [a]	9.160.917,49	8.325.686,27	7.501.849,45	1.876.828,86	45.446,01	12.318,43	9.436.442,75	3.084.027,70	33%
2009 [a]	10.300.789,67	9.798.239,52	10.616.287,33	1.942.973,61	-	-	12.559.260,94	3.798.060,31	30%
2010 [a]	10.839.742,44	12.412.154,15	12.465.241,78	2.403.419,37	-	-	14.868.661,15	3.117.325,90	21%
2011 [a]	10.295.162,78	25.831.929,41	12.822.303,26	3.689.635,19	-	-	16.511.938,45	3.385.941,53	21%
2012 [b]	10.065.651,30	10.310.204,35	21.803.193,93	4.710.893,67	-	-	26.514.087,60	8.023.201,74	30%
2013	11.487.131,44	11.049.697,42	12.452.626,24	4.852.471,00	-	-	17.305.097,24	21.978.043,63	127%
2014	11.321.640,30	11.585.394,19	10.697.107,97	5.436.332,75	-	-	16.133.440,72	12.173.198,79	75%
2015[c]	10.707.340,71	5.538.290,58	11.615.633,48	5.610.382,87	-	-	17.226.016,35	12.185.038,57	71%
Subtotal:	**133.142.253,88**	**126.856.805,86**	**126.575.141,60**	**34.944.981,88**	**45.446,01**	**24.143,97**	**161.589.713,46**	**79.584.628,71**	**49%**
		Total (7):				**161.589.713,46**			
		Saldo (7-8):							**82.005.084,75**

(1) Valores Retirados do site da Agência Nacional de Águas 2003 a 2012 - ANA (Cobrnaça pelo Uso de Recursos Hídricos);

(1) Valores Retirados do site da Agência Nacional de Águas 2015 ANA (Balanço da Arrecadação por Usuários);

(2) Valores Retirados do site da Agência Nacional de Águas - ANA (Balanço da Arrecadação Acumulada 31/08/2015);

(5 e 6) Valores não considerados nas prestações de contas dos exercício anteriores a 2012;

(8) Valores de Desembolso foram retificados, pois os valores lançados anteriormente continham valores compromeitdos de despesas dos exercícios anteriores;

[a] Incluindo recursos do Projeto de Revitalização do Rio Barra Mansa, Repassado R$ 198.881,20 (2008), Despesas e Restituições R$ 214.497,93 (2008-2011) e Rendimento R$ 15.616,73 (2008-2011);

[b] Do total repassado em 2012, R$ 14.421.441,49 referem-se ao valor que vinha sendo depositado em juízo pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN;

[c] Repasse, Rendimento de Aplicação Financeira e Desembolso até Novembro/2015, Incluindo o valor de R$ 1.171.585,61, repassado pela ANA para Custear as despesas da Agência

Pode-se observar que a eficiência de desembolso no ano de 2015, com dados até o mês de novembro, foi de 71%. Importante ressaltar que o

desembolso foi superior ao valor repassado pela ANA. No entanto, como o rendimento é elevado, o indicador de eficiência de desembolso não aponta essa questão.

Destaca-se a eficiência do desembolso após a implantação do PAP em 2013, pois os desembolsos foram ampliados após a implementação desse instrumento de planejamento. A maior eficiência de desembolso ocorreu em 2013, com 127%, o segundo melhor ocorreu em 2014 (75%) e o quarto em 2015 (71%).

Cabe ressaltar que de 2013 a 2015, após a implantação do PAP, o valor total desembolsado foi de R$46.336.278,99 (quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos), correspondente a aproximadamente 58% do total desembolsado no período de 2003 a 2015.

O histórico do desembolso em reais é apresentado no Gráfico 14. Pode-se observar que o aumento no valor desembolsado a partir de 2013.

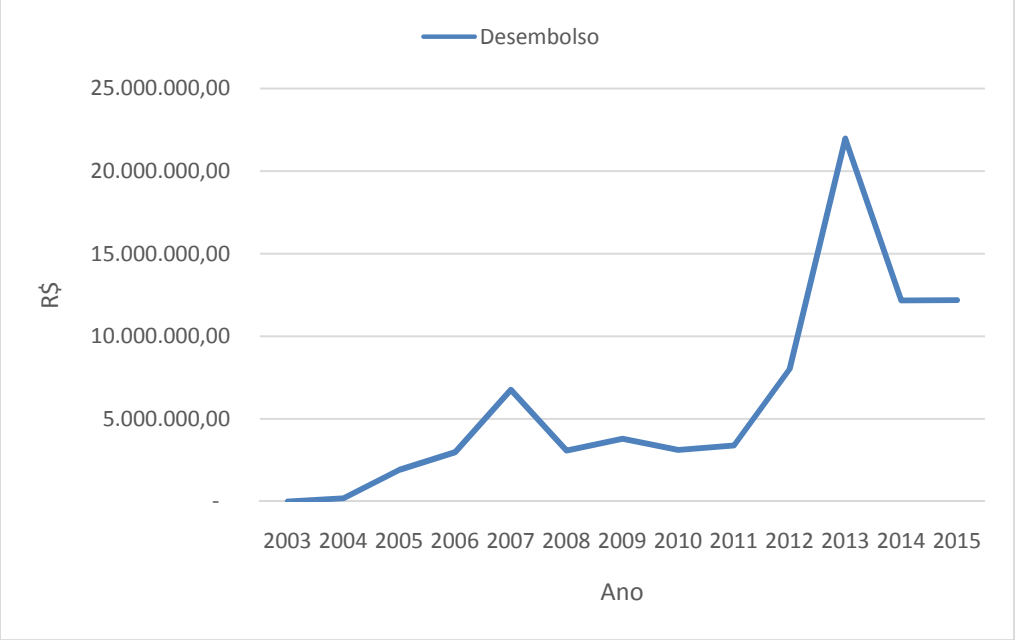

Gráfico 14. Histórico de desembolso no período de 2003 a 2015.

7.2 Análise dos valores desembolsados em 2015

Conforme descrito no 7.1, o valor desembolsado em 2015 foi de R$12.185.038,57 (doze milhões, cento e oitenta e cinco mil, trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos). Para uma avaliação detalhada do desembolso por componente do PAP é apresentada a Tabela 12.

Tabela 12. Desembolsos realizados em 2015 por componente do PAP

Componente	Desembolso em 2015	%
Gerenciamento de Recursos Hídricos - GRH	R$ 152.760,19	1%
Recuperação da Qualidade Ambiental - RQA	R$ 3.927.241,70	32%
Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos - PARH	R$ 1.064.067,04	9%
Demandas CEIVAP - DC	R$ 5.079.443,25	42%
Custeio e Ações Prioritárias	R$ 1.961.526,39	16%
Total	**R$ 12.185.038,57**	**100%**

Observa-se que o componente com maior desembolso é o Demandas CEIVAP com R$ 5.079.443,25 (cinco milhões, setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 42%. Seguido dos componentes Recuperação da Qualidade Ambiental, Custeio e Ações Prioritárias,Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos, e Gerenciamento de Recursos Hídricos, com 32%, 16%, 9% e 1%, respectivamente.

O maior desembolso em 2015 ocorreu no componente Demandas CEIVAP, devido à crise hídrica estabelecida entre os anos de 2014 e 2015. Com escassez do recurso hídrico e consequentemente alterações na operação dos reservatórios da bacia, alguns municípios tiveram suas captações afetadas. Para mitigar a situação, o CEIVAP aportou, em caráter emergencial, recursos para melhoria das captações de água, conforme descrito no item 6.

O segundo maior desembolso ocorreu no Componente Recuperação da Qualidade Ambiental, que é prioritário para realização de ações de acordo com o PAP.

7.3 Análise do desembolsado em 2015 por Estado

Neste tópico será abordada a distribuição de desembolso com enfoque nos

três Estados inseridos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no ano de 2015.

O maior valor desembolsado ocorreu, no ano de 2015, no estado do Rio de Janeiro, seguido de Minas Gerais e posteriormente São Paulo, conforme pode ser visualizado na Tabela 13

Tabela 13. Desembolsos realizados em 2015, por estado e por componente

Componente	Desembolso por Estado (R$)				Total
	RJ	MG	SP	BHPS	
Gerenciamento de Recursos Hídricos - GRH	3.280,33	-	-	149.479,86	152.760,19
Recuperação da Qualidade Ambiental - RQA	127.841,51	3.322.595,85	476.804,34	-	3.927.241,70
Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos - PARH	129.394,82	81.720,79	78.942,82	774.008,61	1.064.067,04
Demandas CEIVAP - DC	3.678.707,68	-	1.346.280,46	54.455,11	5.079.443,25
Total	**3.939.224,34**	**3.404.316,64**	**1.902.027,62**	**977.943,58**	**10.223.512,18**

Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o desembolso em maior escala se deu no componente Demandas CEIVAP, como já citado anteriormente, o CEIVAP aportou recursos para a mitigação dos impactos da escassez hídrica, com a melhoria de captações de água para abastecimento humano.

No estado de Minas Gerais a disponibilização do recurso foi para o componente Recuperação da Qualidade Ambiental, em ações na área de saneamento, com enfoque no vertente de esgotamento sanitário.

No Gráfico 15 é apresentado gráfico contendo a distribuição do desembolso em termo percentuais por estado da bacia.

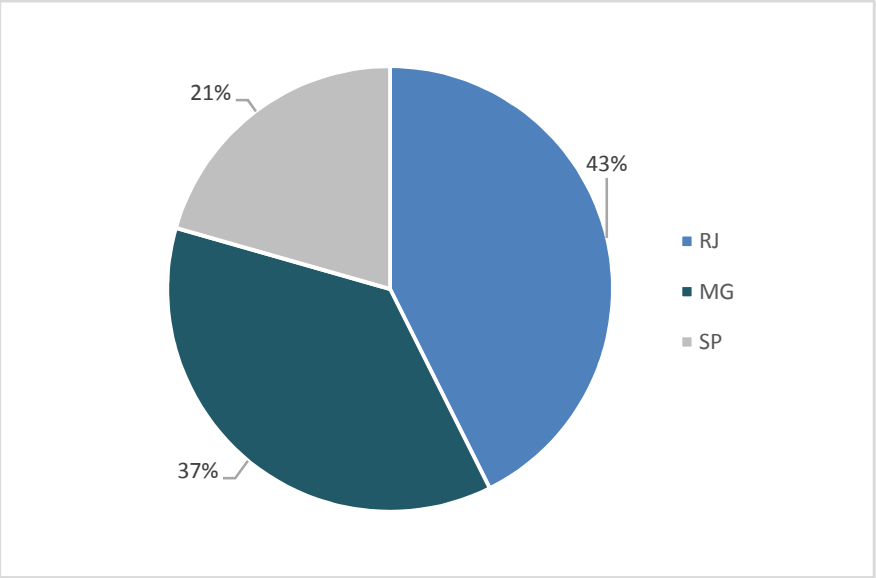

Gráfico 15. Distribuição do desembolso por estado no ano de 2015.

Em termos percentuais o desembolso aconteceu da seguinte forma: 43% no estado do Rio de Janeiro, 37% no estado de Minas Gerais e 21% no estado de São Paulo.

7.4 Comparação entre os valores desembolsados e os valores previstos no PAP

No Plano de Aplicação Plurianual há a previsão de desembolso anual para cada um dos componentes. Na Tabela 14 é apresentado o comparativo entre o desembolso realizado e o previsto no PAP.

Neste tópico será tratado o desembolso realizado para projetos e ações de melhoria da qualidade ambiental, não serão tratados os recursos para Custeio e Ações Prioritárias.

Tabela 14. Relação entre os desembolso realizado e o previsto no PAP por componente, no ano de 2015

Componente	Desembolso 2015		Relação Realizado/Previsto (%)
	Realizado	Previsto no PAP	
Gerenciamento de Recursos Hídricos - GRH	R$ 152.760,19	R$ 2.128.033,00	7%
Recuperação da Qualidade Ambiental - RQA	R$ 3.927.241,70	R$ 10.284.000,00[a]	38%
Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos - PARH	R$ 1.064.067,04	R$ 3.262.000,00	33%
Demandas CEIVAP - DC	R$ 5.079.443,25	R$ 5.798.868,00	88%
Total	**R$ 10.223.512,18**	**R$ 21.472.901,00**	**48%**

a. Excluído o valor referente ao pago pelo Comitê Guandu pela transposição de águas do rio Paraíba do Sul.

Observa-se que o componente Demandas CEIVAP atingiu 88% do previsto no PAP, tendo em vistas as ações referentes a mitigação do impacto da escassez hídrica.

Os componentes Recuperação da Qualidade Ambiental e Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos tiveram o percentual atingido na mesma ordem de grandeza, 38 e 33%, respectivamente. Já o componente Gerenciamento de Recursos Hídricos atingiu 7%. Há a previsão de aumento do desembolso no ano de 2016, considerando que expressivo percentual dos valores desses componentes foram comprometidos e contratados no ano de 2015, acarretando, consequentemente, em pagamentos.

O desembolso realizado comparado com o previsto acumulado no PAP, por componente é apresentado na Tabela 15.

Tabela 15. Relação entre os desembolso realizado e o previsto no PAP por componente, no período de 2013 a 2015

Componente	Desembolso				Previsto 2013 a 2015	Relação Realizado/ Previsto (%)
	2013	2014	2015	Total		
Gerenciamento de Recursos Hídricos - GRH	607.709,03	548.543,03	152.760,19	1.309.012,25	5.911.758,00	22%
Recuperação da Qualidade Ambiental - RQA	15.490.152,42	9.330.398,48	3.927.241,70	28.747.792,60	64.411.875,91	45%
Proteção e Aproveitamento de Recursos Hídricos - PARH	382.883,06	55.164,00	1.064.067,04	1.502.114,10	11.079.864,54	14%
Demandas CEIVAP - DC	2.919.165,78	435.630,52	5.079.443,25	8.434.239,55	21.531.600,00	39%
Total	**19.399.910,29**	**10.369.736,03**	**10.223.512,18**	**39.993.158,50**	**102.935.098,45**	**39%**

O desembolso total no período entre 2013 a 2015 corresponde a 39% do previsto no PAP para o mesmo período. A maior parcela do desembolso corresponde ao componente Recuperação da Qualidade Ambiental.

Para facilitar a visualização da informação apresentada na Tabela 15, o Gráfico 16 é apresentado contendo comparativo entre o desembolso previsto total e o realizado por componente do PAP.

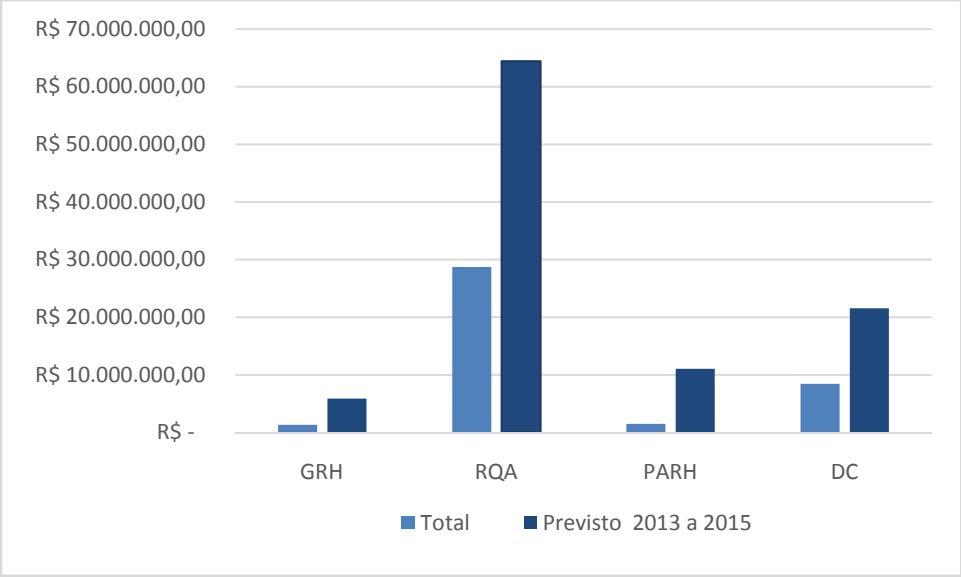

Gráfico 16. Relação entre os desembolso realizado e o previsto no PAP por componente, no período de 2013 a 2015.

8. CONCLUSÕES

Este relatório apresenta as ações desenvolvidas em cada um dos componentes previstos no Plano de Aplicação Plurianual do CEIVAP. As informações foram subdivididas por componente, subcomponente e ação. Para cada ação é demonstrado o andamento, o valor disponibilizado, o tomador de recurso, forma de execução e as demais informações solicitadas no Indicador 2 do 13º Termo aditivo ao Contrato de Gestão nº014/ANA/2014.

Através dessas informações pode-se constatar que a maioria dos componentes do PAP possuem ações já definidas, algumas em desenvolvimento outras com contratações já realizadas ou em fase prévia a contratação.

No ano de 2015, AGEVAP desembolsou até o mês de novembro, R$12.185.038,57

(doze milhões, cento e oitenta e cinco mil, trinta e oiti reais e cinquenta e sete centavos), valor superior ao repassado pela ANA no ano de 2015 à AGEVAP.

Ao analisar o histórico financeiro da AGEVAP, observa-se que a partir de 2013, ano de implementação do PAP, houve um aumento expressivo nos desembolsos. De 2013 a 2015 foram desembolsados R$46.336.278,99 (quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos), correspondente a aproximadamente 58% do total desembolsado no período de 2003 a 2015.

Esse fato indica a melhoria na eficiência de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, após implementação do Plano de Aplicação Plurianual.

Quanto aos desembolsos realizados no ano de 2015, verifica-se que 42% do montante total foi aplicado em no componente Demandas CEIVAP, isso se justifica considerando a crise hídrica estabelecida entre os anos de 2014 e 2015. Com escassez do recurso hídrico e consequentemente alterações na operação dos reservatórios da bacia, alguns municípios tiveram suas captações afetadas. Para mitigar a situação, o CEIVAP aportou, em caráter emergencial, recursos para melhoria das captações de água para abastecimento humano.

Em uma análise geral dos desembolsos realizados no período transcorrido do PAP, ou seja 2013 a 2015, comparado aos valores de desembolso previstos pelo no mesmo instrumento, tem-se que 39% do previsto foi realizado. No entanto cabe ressaltar que no Componente Gerenciamento de Recursos Hídricos, quase 100% do total previsto no PAP está comprometido com ações já definidas pelo Comitê. No Componente Recuperação da Qualidade Ambiental,43% do recurso encontram-se comprometidos, em Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos esse valor é de 86% e no componente Atendimento a Demandas CEIVAP, 78%.

Observa-se uma melhoria substancial na aplicação do recurso da cobrança pelo uso da água, no entanto, ressalta-se a necessidade de ampliar a discussão quanto às estratégias para aplicação do recurso de forma eficaz e ampliando a melhoria da qualidade ambiental da bacia.

9. REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. Região Hidrográfica Costeira do Sudeste. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/regioes_hidrograficas/regiao_hidrografica_costeira_do_sudeste.html. Acesso em: agosto/2014.

ANA. Disponível em www.ana.gov.br. Acesso em: agosto/2014.

BARROS, M. T. L. de. Gestão de Recursos Hídricos. In PHILIPI JR., A.; ALVES, A.C. Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. São Paulo: Manole, 2005.

BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL. Constituição Federal da República,1988. Presidência da República: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL, Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL, Decreto nº 3.692 de 19 de dezembro de 2000, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3692.htm. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL, Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 set.1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL. Lei n.º 9.433, 8 de janeiro de 1997. Presidência da República: Casa Civil. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL, Lei Federal nº 9.984 de 17 de julho de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9984.htm. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL. Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Disponível em:

http://www.ons.org.br/home/. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL, Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 1986. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=43. Acesso em: agosto/2014.

BRASIL. Resolução nº 357 de 17 de março de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf. Acesso em: agosto/2014.

CAMPOS, Nilson. Gestão de Águas: princípios e práticas. Associação Brasileira de Recursos Hídricos: Fortaleza, 2001.

CEIVAP. Disponível em www.ceivap.org.br. Acesso em: agosto/2014.

CEIVAP. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Dezembro, 2007.

CEIVAP. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - PIRH e Planos de Ação de Recursos Hídricos – PARH. Em elaboração. Agosto, 2014.

DECLARAÇÃO da Eco-92 sobre Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: http://www.lead.org.br/article/view/1824/1/24.

DNOCS. Termo de Referência da Sala de Situação DNOCS.

FARIAS, Talden. Introdução ao Direito Ambiental. – Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

GRECO, Leonardo. Competências constitucionais em matéria ambiental. Revista dos Tribunais. São Paulo, v. 687, 2003.

LEIS, Hector Ricardo. DAMATO, José Luiz. Ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Cortez, 1995.

MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro. 13 ed. – São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

Mello, Geórgia Karênia Rodrigues Martins Marsicano de. Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos no contexto da Lei Federal nº 9.433/97.2010.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PCJ. Sala de Situação PCJ. Disponível em: http://www.sspcj.org.br/. Acesso em: agosto/2014.

PLANETA SUSTENTÁVEL. Água: A escassez na abundância. Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/populacao-falta-agua-recursos-hidricos-graves-problemas-economicos-politicos-723513.shtml. Acesso em: setembro/2014.

VARGAS, Éverton Vieira. Água e Relações Internacionais. In Revista Brasileira de Política Internacional. Ano 2000, Volume 43, nº 001. Brasília, Brasil. Disponível em:http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35843110.pdf